

Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece apresenta aos clientes, acionistas e demais Stakeholders uma visão geral dos resultados alcançados no exercício de 2013, abrangendo demonstrações financeiras seguindo a determinação da Instrução Normativa de nº 457/07, alterada pela Instrução CVM de nº 485/10, que dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas segundo as Normas Internacionais de Contabilidade de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board – IASB. Apresenta ainda, respectivos pareceres de auditores, conselho fiscal e administrativo, além de temas relacionados a mercado e clientes, desenvolvimento operacional, desempenho econômico-financeiro e voltados à responsabilidade ambiental.

1.CONJUNTURA ECONÔMICA

Cenário Atual do Saneamento Básico no Brasil

De acordo com a Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (AESBE), o setor de saneamento básico brasileiro vive uma das melhores fases da sua história. Não pelo fato de o momento ser o ideal, mas sim em virtude de o setor estar vivenciando um período pontuado por iniciativas que têm promovido a importância dos serviços de saneamento para o desenvolvimento econômico e social do país.

Como exemplo desse tipo de ação, podemos citar a sanção da Lei nº 12.862, de 17 de setembro de 2013, aprovada pela presidente Dilma Rousseff, que incluiu no rol de diretrizes do saneamento nacional a economia de água. O novo normativo foi publicado no Diário Oficial da União no dia 18 de setembro de 2013 e alterou a Lei nº 11.445/2007, que estabelece diretriz nacional para o setor de saneamento básico.

Além dessa iniciativa, outras também têm contribuído à promoção do setor e à urgência da necessidade de se cumprir às metas de universalização do abastecimento de água e da coleta e do tratamento de esgoto, medidas fundamentais à manutenção e melhoria da saúde humana e da preservação do meio ambiente. Em dezembro de 2013, o Governo Federal aprovou o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), que estabeleceu objetivos e metas para a universalização dos serviços no setor.

Outra iniciativa importante que facilitou a realização dos investimentos foi o Regime Diferenciado de Contratações (RDC), regime esse aplicável exclusivamente às licitações e contratos necessários à realização dos eventos Esportivos definidos na Lei 12.462, de 4 de agosto de 2011; das ações integrantes do Programa de

Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Aceleração do Crescimento (PAC) Incluído pela Lei nº 12.688, de 2012; das obras e serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS (Incluído pela Lei nº 12.745, de 2012); às licitações e contratos necessários à realização de obras e serviços de engenharia no âmbito dos sistemas públicos de ensino (Incluído pela Lei nº 12.722, de 2012).

Com procedimento mais simplificado, o RDC tem alguns benefícios como: os prazos e publicações diferenciados, contratação integrada, orçamento sigiloso, mas a principal vantagem consiste na inversão das fases de habilitação e Julgamento, além de ter apenas uma fase recursal.

As Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESB's), são empresas de economia mista, com controle acionário de cada Estado da Federação. Estas empresas detêm, mediante concessão municipal, o monopólio da administração, operação, manutenção, construção e comercialização dos serviços de água e esgoto.

Ainda de acordo com a AESBE, as CESB's por meio da gestão regionalizada dos serviços, conseguem atender hoje, mais de 115 milhões de pessoas em pouco mais de 4.000 municípios, sendo responsáveis por 90,7% dos serviços urbanos de abastecimento de água e por 48,9% dos serviços urbanos de esgotamento sanitário existentes no país. Nos últimos 30 anos, este modelo regionalizado e solidário de prestação dos serviços incorporou 92 milhões de pessoas aos sistemas de abastecimento e 65 milhões às redes de esgotamento sanitário.

Tais números demonstram a abrangência da atuação das CESB's e evidenciam que esse tipo de gestão, apoiado na tarifa adequada e na economia de escala, é o modelo mais apropriado para atender os interesses da população, e para enfrentar os enormes desafios e os investimentos necessários para se alcançar à universalização dos serviços. Outra vantagem da prestação regionalizada está no fato de ela atingir a todos os tipos de municípios, independente de seus portes, capacidade técnica e econômica, podendo viabilizar o cumprimento das metas de ampliação dos serviços, de forma eficaz, rápida, econômica e contínua.

Apesar dessa boa fase que se encontra o saneamento básico no Brasil, o nordeste brasileiro enfrentou em 2013 a maior seca dos últimos 50 anos, com mais de 1.400 municípios afetados. No Ceará dos 184 municípios cerca de 95% estiveram em situação de emergência, uma vez que não chove há dois anos. Diante do referido cenário, em 2013 a Companhia apresentou dificuldade de abastecimento de água em algumas localidades.

Para 2014, de acordo com a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME), com base no terceiro prognóstico, a maior probabilidade é de que as chuvas fiquem abaixo da média histórica no trimestre abril, maio e junho na maior parte do Ceará, numa área que se estende da Região Central ao Sul do Estado.

Alteração da Lei de Criação da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece)

Diante desse cenário de crescimento para as empresas de saneamento básico, o Governo do Estado do Ceará e a administração da Companhia, reformulou a lei de criação da Cagece, visando ampliar a sua atuação econômica.

A Lei nº 9.499, de 20 de julho de 1971, que trata da criação da Cagece, foi reformulada no dia 02 de maio de 2013, por meio da Lei nº 15.348. A alteração perpetrada nesta lei, permitirá a companhia exercer quaisquer atividades

Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

que guardem relação direta ou indireta com o setor, tanto no Estado do Ceará bem como em outros Estados da Federação e exterior, dentre as quais citamos: consultoria técnica; reuso; operação de aterros sanitários; venda de software; produção de águas industriais e tratamento de esgotos industriais e geração de energia elétrica (biogás). Os serviços de saneamento básico demandam vultosos recursos para sua operação, manutenção e ampliação. O financiamento do setor, quando com recursos não onerosos, hoje é limitado à ampliação de cobertura, ficando de fora a manutenção e renovação dos ativos. Os financiamentos onerosos, a seu turno, possuem um alto custo financeiro.

Por outro lado, a remuneração pelos serviços prestados ora depende da adesão voluntária da população, a qual em grande parte não dispõe de capacidade de pagamento, fatores que impedem uma estruturação tarifária que faça frente a todos os custos e investimentos necessários a uma operação adequada, dentro dos altos padrões de qualidade e regularidade exigidos pela legislação regulatória, ambiental e dos seus clientes.

Dessa forma, a alteração da Lei no que concerne à exploração econômica dessas atividades relacionadas ao saneamento básico, implicará no fortalecimento da companhia para além do melhoramento contínuo na prestação dos serviços públicos que é incumbida, pois na medida que novos empreendimentos se mostrarem viáveis para a companhia, estará cumprindo seu objetivo social e de sustentabilidade econômica.

Assessoria de Governança Corporativa

A Cagece está empenhada no aperfeiçoamento das ações de gestão de riscos, com objetivo de gerenciar as incertezas enfrentadas pela organização alinhada com o contexto interno e externo da organização e com seu perfil de risco como forma de criação de valor.

As ações desenvolvidas no âmbito da Governança Corporativa contemplam desde o suporte às instâncias colegiadas da Cagece, no relacionamento com o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, por exemplo, como também aos aspectos relacionados a este ambiente, em âmbito interno com a Auditoria Interna (AUDIN) e no âmbito externo com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Como forma de garantir o aperfeiçoamento das práticas de Governança Corporativa, a Cagece vem aprimorando o seu processo de controles internos e gestão de riscos, com a melhoria contínua dos procedimentos de identificação, mensuração e tratamento dos riscos, tanto de origem interna, como externa e que resultou em 2013 na realização de eventos para capacitação de profissionais da Companhia, nos referidos procedimentos.

Realização de Investimento em Utilitas Pecém

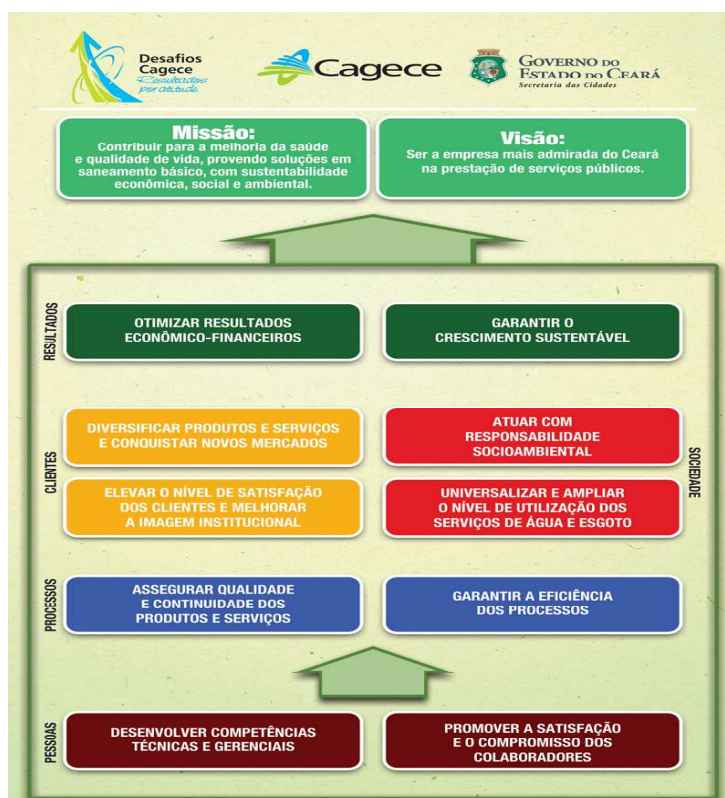
A partir da alteração da Lei de criação da Cagece, e, após a realização de estudos e modelagem, foi concluído processo de seleção de parceiro privado para constituição de sociedade de propósito específico (SPE) visando a

Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

implantação e operação de infraestrutura para tratamento e fornecimento de água industrial, coleta, tratamento e disposição de esgoto industrial e resíduos sólidos industriais, bem como tratamentos complementares e negócios conexos para as indústrias localizadas no complexo industrial e portuário do Pecém (CIPP). Por meio da Concorrência Pública Internacional 011/2013, foi selecionado o consórcio formado pelas empresas Veolia e PB Engenharia, as quais conferiram à Cagece uma participação de 15% na nova empresa. Dessa forma, foi constituída a Utilitas Pecém, que explorará os serviços privados de utilidades industriais na área do CIPP. Este projeto faz parte do planejamento para que a Cagece diversifique sua atuação, em busca de conhecimento e receitas que lhe permitam enfrentar os desafios dos seus misteres públicos com eficiência e sustentabilidade.”

Planejamento Estratégico 2013 - 2016

Dentro desse cenário a Cagece desenvolve seu negócio que é desenvolvimento de soluções em saneamento básico; tendo como missão Contribuir para a melhoria da saúde e qualidade de vida, provendo soluções em saneamento básico, com sustentabilidade econômica, social e ambiental. E tendo como visão de futuro até 2016, ser a Companhia mais admirada do Ceará na prestação de serviços públicos e privados, conforme o mapa estratégico, mostrado na figura abaixo



Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Desde 1998 a Cagece utiliza o conceito de administração estratégica, passando a utilizar a partir de 2002 o BSC (Balanced scorecard) para a tradução de sua estratégia. Desde então, o processo de formulação da estratégia é realizado anualmente com a participação de todo o corpo gestor, do CAE (Comitê de Assessoramento Estratégico) e da Diretoria Colegiada. O CAE, criado em 2005 para dar suporte às atividades e processos do PE (Planejamento Estratégico), é composto por representantes de todas as diretorias e áreas estratégicas de forma a garantir o compartilhamento com todas as áreas, passando em 2008 a contar também com representante das UN's (Unidades de Negócios). A partir de 2008, o processo de formulação da estratégia passou a ser realizado de forma integrada ao orçamento da organização, gerando assim planos de ação mais consistentes e assegurando sua efetiva realização.

Desde 2005, em algumas etapas são realizados eventos com todos os gestores de forma que os mesmos participam ativamente do processo de formulação da estratégia da organização. Como melhoria, a partir de 2009, após a realização de etapas chaves também é realizado um Evento de Repasse em cada UN e na sede da organização, de forma que todos os colaboradores estejam alinhados quanto a cada etapa do processo, além de poder contribuir e acompanhar o andamento da formulação da estratégia.

2. MERCADO E CLIENTES

No ano de 2013 a Cagece operou em 150 dos 184 municípios do Ceará. No exercício de 2013 a Cagece foi responsável pelo atendimento de 267 localidades no Estado com sistemas de abastecimento de água, representando aproximadamente 5,24 milhões de habitantes beneficiados, ou seja, 97,94% da população urbana na área de atuação da Companhia, um aumento de 92 mil novos beneficiados em relação a 2012.

No que diz respeito ao esgotamento sanitário, a Cagece atendeu a 82 localidades no Ceará, beneficiando aproximadamente 2,06 milhões de habitantes. Isto representa 38,57% da população urbana na área de atuação da Companhia, aumento de 73 mil novos beneficiados com esgotamento sanitário.

Ainda em 2013 a Cagece alcançou a marca de 1.669.152 clientes ativos, com incremento de 4% em relação ao ano anterior, sendo 93,87% de clientes residenciais.

A Cagece ciente do seu papel na prestação do serviço público e privado possui uma forte orientação social, tendo como objetivos: a ética e a responsabilidade sócioempresarial. Como forma de universalizar o acesso ao serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário adota como prática a utilização de uma tarifa social para imóveis que obedeçam aos critérios de padrão social de baixa renda. A Tarifa Social obedece às regras estabelecidas na Resolução 049/13 DPR/Cagece.

**Relatório da Administração do
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2013**

ESTRUTURA TARIFÁRIA			
Categoria	Faixa de Consumo (m³)	Tarifa Água (R\$/m³)	Tarifa Esgoto (R\$/m³)
Residencial Social – Demanda máxima de 10m³	0 a 10	0,74	0,74
Residencial Popular - Demanda mínima de 10m³	0 a 10	1,51	1,51
	11 a 15	2,54	2,54
	16 a 20	2,73	2,73
	21 a 50	4,67	4,67
	> 50	8,24	8,24
Residencial Normal – Demanda mínima de 10m³	0 a 10	2,00	2,21
	11 a 15	2,56	2,82
	16 a 20	2,74	3,01
	21 a 50	4,68	5,15
	> 50	8,24	9,07
Comercial Popular – Demanda mínima de 7m³	0 a 13	2,41	2,65
Comercial II - Demanda mínima de 10m³	0 a 50	5,04	5,55
	> 50	7,72	8,49
Industrial – Demanda mínima de 15m³	0 a 15	4,68	5,15
	16 a 50	5,42	5,96
	> 50	8,24	9,07
Pública – Demanda mínima de 15m³	0 a 15	2,89	3,19
	16 a 50	4,25	4,67
	> 50	6,78	7,46
Entidades Filantrópicas - Demanda mínima de 10m³	0 a 10	1,51	1,51
	11 a 15	2,54	2,54
	16 a 20	2,73	2,73
	21 a 50	4,67	4,67
	> 50	8,24	8,24

A Companhia aplica o princípio básico de respeito aos seus clientes e, desde 2009, disponibiliza várias modalidades de atendimento aos mesmos. O atendimento telefônico – 0800 275 0195 está disponível durante 24 horas por dia, todos os dias do ano, com uma cobertura de todas as localidades do Estado. Para quem prefere o atendimento presencial, a companhia disponibilizou 14 lojas na Região Metropolitana de Fortaleza e, pelo menos, uma loja em cada localidade do Estado onde atua. Há ainda 05 (cinco) máquinas de auto-atendimento localizadas nos Bairros: Centro, Carlito Pamplona, Conjunto Ceará e Messejana, todos na Região Metropolitana de Fortaleza e uma em Juazeiro do Norte, facilitando a impressão de 2ª vias de faturas. No portal na internet (www.cagece.com.br) o cliente obtém a resposta às perguntas mais freqüentes, os endereços do atendimento, emite a 2ª via da sua fatura mensal e conhece a estrutura tarifária, entre muitas outras opções disponibilizadas,

Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

inclusive com a loja virtual onde foram registrados 1053 solicitações de serviços e informações no ano de 2013.

Em 2013 a Companhia criou aplicativo APP Mobile, uma ferramenta de acesso fácil e rápido que possibilitará maior comunicação entre o cliente e a Cagece. Desta forma, vazamentos de água, extravasamento de esgoto, denúncia de fraudes, entre outros, poderão ser enviados através de qualquer dispositivo móvel, desde que conectados à internet. Para facilitar o registro, o cliente pode fotografar, com a câmera do celular ou tablet, o local da ocorrência e preencher um formulário com nome, fone e e-mail.

Atualmente os clientes da Companhia contam com 26 novos serviços on-line, disponibilizados através do novo canal de atendimento, o Atendimento Virtual. Hospedado no portal www.cagece.com.br, a novidade tem como objetivo aproximar ainda mais o cliente da empresa, oferecendo informações com rapidez e segurança. O Atendimento Virtual apresenta diversas funcionalidades e acesso facilitado, que poderão ser acionadas por meio de ícones, que permitem o fácil entendimento dos comandos. Dentre as inovações na Companhia, o cliente poderá realizar a solicitação de recebimento de sua fatura mensal em seu endereço eletrônico (e-mail), bem como acompanhar o andamento das ocorrências que forem solicitadas pelo próprio usuário.

Tendo como foco a missão da Cagece, que é a de “Contribuir para a melhoria da saúde e qualidade de vida, prestando serviços de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário, atuando de forma auto-sustentável, com responsabilidade social e ambiental” foi desenvolvido o Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade do Estado do Ceará – PforR, que tem como objetivo melhorar a qualidade da água bruta dos mananciais. Nesse âmbito, a Cagece colabora com o IURE - Índice de Utilização de Rede de Esgoto, que será acompanhado semestralmente. O público alvo reside nas Bacias Metropolitanas, Bacia do Salgado e Bacia do Acaraú, onde serão executadas 14.628 ligações domiciliares e intradomiciliares de esgoto, em residências de padrão básico e regular, para os anos de 2014 a 2017.

Volume Faturado de Água e Esgoto

Em 2013, a Cagece, através do indicador Índice de Água Não Faturada (IANF), assegurou qualidade e disponibilidade dos seus serviços, visto que este indicador representa principalmente as ações de combate à fraude, redução de vazamentos e renovação do parque de hidrômetros. As 14 equipes de combate a perdas obtiveram um bom desempenho, com metas de produção e performance batidas na grande maioria das avaliações. Com este resultado, a Cagece certamente se manterá entre as companhias mais eficientes do território nacional, onde vem figurando entre as 3 melhores nos últimos 4 anos, de acordo com o Serviço Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), do Ministério das Cidades.

O resultado do IANF obtido em 2013 foi de 24,11%, - 0,83 % abaixo dos 24,94% obtidos em 2012. O volume faturado da Companhia em 2013 foi de 273,71 milhões de m³ para o produto água e 90,4 milhões m³ para o produto esgoto, com incremento de 3,15% (água) e de 6,43% (esgoto), em relação a 2012.

O incremento do volume faturado ocorreu, principalmente, em função do crescimento do número de ligações

Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

ativas de água (4%) e esgoto (4%) em relação ao ano de 2012.

Ligações Ativas	2013	2012	Variação
Água	1.513.889	1.457.664	4%
Esgoto	488.301	468.501	4%

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

Investimentos

A Cagece tem como responsabilidade realização de ações de desenvolvimento institucional e operacional com vistas à melhoria contínua dos seus indicadores e a expansão dos seus serviços. Os recursos orçamentários provêm de recursos próprios diretamente arrecadados, operações de crédito interno, operações de crédito externo e recursos de transferências por convênios firmados com o Governo do Estado.

Dentre os recursos investidos, podemos destacar a execução da Ampliação da Estação de Tratamento de Água da zona Oeste de Fortaleza – ETA OESTE, que elevará a capacidade de produção de água tratada para a Região Metropolitana em 30% e também servirá para melhorar a eficiência do sistema integrado da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), principalmente em momentos de paradas para manutenção preventiva e corretiva.

Outro investimento que podemos destacar é a Execução das Obras de Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Fortaleza Setor Messejana, no valor de investimento de R\$ 17.772.045,90, que propõe uma nova otimização das redes principais de distribuição do sistema Messejana, objetivando eliminar as deficiências de atendimento em vários pontos do setor e ampliando a capacidade de atendimento através da implantação de novas redes de distribuição beneficiando assim em torno de 800 mil pessoas. Compõe o sistema a derivação na adutora existente de 1200mm, rede principal em FoFo com diâmetros variando de 900 a 500mm, sub-adutoras FoFo DN 500, 600, 700, 800 e 900mm e válvulas redutoras de pressão.

Foi iniciada em 2013 a ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Horizonte (2ª etapa), no valor de investimento de R\$ 22.222.500,83, a qual contempla a coleta, afastamento, tratamento e disposição final dos efluentes dentro dos padrões de lançamento do seu corpo receptor. O projeto da 2ª etapa do Sistema de Esgotamento Sanitário de Horizonte contempla ligações prediais, redes coletoras de seis (06) bacias e cada uma destas bacias encaminham os esgotos coletados para uma estação elevatória presente na própria bacia. Todo o esgoto desta cidade será tratado em uma única estação de tratamento, o emissário final encaminhará através de uma tubulação o efluente tratado até o córrego nas proximidades da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). O projeto contemplará os seguintes bairros: Centro, Mangueiral, Diadema, Buenos Aires, Gameleira, Mal Cozinhado e Zumbi.

Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Também foi iniciada em 2013, a execução do Sistema de Esgotamento Sanitário para o município de Tauá com investimento de R\$ 12.201.171,00. O mesmo abrange a 2ª etapa do sistema que é composto por 2.930 ligações domiciliares, 2.784 ligações intradomiciliares, 08 módulos sanitários, 33.958 metros de rede coletora de esgoto, 09 estações elevatórias de esgoto e 07 linhas de recalque. O projeto contemplará os seguintes bairros: Centro, Alto do Brillhante, Bezerra e Sousa, Aldeota, José Ózimo, Alto do Cruzeiro, Vila Jatahy, São Bernardo, Luís Antônio e Cidade Nova.

Encontra-se em andamento as obras do Sistema Adutor de Ibiapaba – Ramal Principal e Ramal Norte, com investimento de R\$ 45.232.614,09. O projeto do Ramal Principal contempla infraestrutura necessária para abastecimento dos outros dois ramais, Ramal Norte e Ramal Sul, este ainda não iniciado. Prevê-se, para o Ramal Norte, uma população beneficiada de 74.411 habitantes (2015).

No âmbito do PAC 2, Ministério das Cidades, estão previstas para iniciar as obras de melhoria e ampliação nos sistemas de água dos municípios de Taúa, Caucaia, Russas, Juazeiro do Norte, Quixadá, Itapipoca, Aracati, Sobral, Cascavel e Fortaleza, com valor total estimado de R\$238.693.303,08, e ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Fortaleza, com valor total estimado de R\$106.478.650,13, perfazendo um montante de R\$ 345.171.953,21.

Estão garantidos recursos do Orçamento Geral da União, no âmbito do PAC 2, Fundação Nacional de Saúde (Funasa) da ordem de R\$ 133.184.897,10 para melhoria e ampliação nos sistemas de abastecimento de água de Campos Sales, Umirim, Tabuleiro do Norte, Quiterianópolis, Pedra Branca, Ibaretama, Morada Nova, Russas, Itaipaba, Jaguaribara e Morada Nova, cujo valor total é de R\$ 64.222.064,29, e para implantação de sistemas de esgotamento sanitário nos municípios de Baixio, Mauriti e Milagres, cujo montante é de R\$ 68.962.832,81. Além destes, a Cagece também garantiu recursos financeiros não onerosos junto ao Ministério das Cidades para elaboração de projetos básicos e executivos de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, totalizando R\$ 37.088.223,62.

Vale destacar que a Cagece foi pioneira no Estado do Ceará na realização de licitações pelo (RDC). Em 2013, foram lançados 20 processos nessa modalidade, com objetos relacionados basicamente às obras do PAC, observando que o tempo médio para conclusão dos processos foi de 128 dias, o que representa um ganho de tempo de 40% quando comparado à modalidade Concorrência Pública, que tem prazo médio para conclusão de 212 dias, modalidade pela qual seriam processadas as licitações do porte das obras do PAC.

Fornecimento de Água Tratada

A Cagece, sob a perspectiva de assegurar o abastecimento de água tratada na Região Metropolitana de Fortaleza cuja abrangência atinge Fortaleza e parte dos municípios de Caucaia, Maracanaú, Eusébio e Pacatuba produziram no ano de 2013 um volume total de 264.253.768m³ de água potável nas estações de tratamento de água do Gavião e Zona Oeste, sendo 245.656.879m³ e 18.596.889m³ respectivamente, totalmente dentro dos

Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

padrões exigidos pela portaria MS 2914/2011. Em relação ao exercício anterior houve um aumento no volume produzido de 21.042.186m³.

Com o objetivo de reduzir perdas e dar confiabilidade ao sistema macrodistribuidor de Fortaleza, de modo a contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população assistida, a Cagece através da operação automatizada pelo Centro de Controle Operacional – CECOP e demais ações preventivas em seu sistema macrodistribuidor em 2013 captou 250.086.404m³ cujo incremento no volume foi de 23.873.083m³ em relação período anterior. Fato que elevou o índice de continuidade no abastecimento, cujo resultado alcançado no período em média foi de 96,0%.

Tratamento do Esgoto

O índice de cobertura de esgotamento sanitário no município de Fortaleza é de 54,74% (dez/13), contabilizando todo o Estado do Ceará, este índice é de 38,59% ; 0,77% maior que em 2012. A Cagece vem trabalhando insistentemente para aumentar estes percentuais, visto que, a qualidade de vida das pessoas está diretamente ligada ao serviço de coleta e tratamento de esgoto.

A Cagece se orgulha em tratar 100% de todo o esgoto coletado no Estado do Ceará. Em Fortaleza, na região mais adensada da cidade, existe a bacia de esgotamento da vertente marítima, um sistema complexo de coleta e transporte de efluentes, que vai desde redes coletoras convencionais de pequeno diâmetro até grandes interceptores, que chegam a 1.750 mm. O sistema também possui grandes sistemas elevatórios, que impulsionam o efluente até a EPC – Estação de Pré-Condicionamento, onde é realizado o pré-condicionamento do efluente, removendo a areia e materiais sólidos e grosseiros, para o lançamento no mar através de um interceptor oceânico. De forma preventiva, evitando principalmente que as praias sofram qualquer tipo de poluição ou contaminação, a Cagece faz o acompanhamento físico-químico e bacteriológico da pluma de dispersão do efluente, visando atender todas as diretrizes do órgão ambiental licenciador.

Além da bacia da vertente marítima existem as áreas de menor adensamento populacional, onde estão localizados alguns dos maiores conjuntos habitacionais do município, como o Palmeiras, São Cristóvão e o José Walter. Todos possuem sistema de esgotamento sanitário contendo redes coletoras convencionais, sistemas elevatórios e estação de tratamento. A Unidade de Macrocoleta e Transporte de Esgotos - UNMTE gerencia a operação e manutenção de 58 estações de tratamento de esgotos, sendo 16 unidades padrão do Programa Minha Casa Minha Vida, e 55 estações elevatórias. As estações de tratamento possuem diferentes capacidades, desde vazões de 5 L/s a 350 L/s, e diferentes tecnologias, sendo decanto-digestor seguido de filtro anaeróbio, reatores UASB, lagos de estabilização e sistemas de lodos ativados.

Para o controle dos equipamentos das várias unidades do sistema de esgotamento, a Cagece dispõe de um sistema de automação de controle do esgoto (CECOE). Este sistema permite operar remotamente parte das elevatórias e a EPC – Estação de Pré-Condicionamento. Este sistema também tem a capacidade de gerar e

Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

armazenar os dados históricos com alta confiabilidade, para que possam ser analisados quando da ocorrência de alguma falha, quebra ou anomalia.

A Cagece faz o gerenciamento e disposição adequada de todos os resíduos gerados pelo sistema de esgotamento sanitário, sejam eles, advindos de estações elevatórias, estações de tratamento, ou mesmo da limpeza das redes coletoras e grandes interceptores. Todo o volume é disposto no Aterro Sanitário Municipal Oeste de Caucaia - ASMOC.

Visando o aumento da cobertura de esgotos na região metropolitana, a Cagece tem em seu planejamento a desativação da maioria das estações de tratamento de esgotos, que hoje requerem mão de obra intensiva, com elevado custo de manutenção e operação, e substituí-las por 3 (três) novas estações avançadas de tratamento de esgoto: ETE Cocó, ETE Miriú e ETE Siqueira, conseqüentemente localizadas nas 3 (três) grandes bacias hidrográficas da região metropolitana. A estação de tratamento do Cocó já está em fase de licitação. As demais estações estão iniciando a fase de projeto básico e captação de recursos.

A Cagece, além de tratar 100% dos efluentes coletados, está em contínua evolução no que se refere à cobertura da rede coletora de esgoto, com o programa SANEAR II iniciado em 2005, tem-se a previsão de alcançar a marca de 62% no Índice de Cobertura de Esgoto de Fortaleza em 2015. Concomitantemente está sendo atualizado o plano diretor de esgoto da Região Metropolitana de Fortaleza. O referido plano terá papel balizador na concepção futura de expansão do macrosistema e integração dos sistemas de esgotamento sanitário isolados ao primeiro, convergindo para estruturas maiores de tratamento, reduzindo os custos do complexo e melhorando a eficiência no tratamento do esgoto. A EPC - Estação de Pré-condicionamento de esgoto da Cagece, destino último de toda a coleta de esgoto do macrosistema de Fortaleza, está passando por obras de melhorias operacionais, substituindo o gradeamento manual por mecanizado e também substituindo o conjunto de peneiras rotativas, ações essas que promovem melhoria na qualidade do esgoto pré-condicionado que é disposto no emissário submarino.

Qualidade da Água

Durante o ano de 2013, devido ao período de estiagem, que se estende a mais de três anos, a qualidade da água bruta, principalmente dos mananciais que abastecem os Sistemas do interior, sofreu uma progressiva piora, apresentando maior dificuldade para tratamento. Desta forma, esforços foram empreendidos com vistas a garantir a segurança da qualidade da água.

Já na capital, o suprimento de água para as Estações de Tratamento de Água, ETA Gavião e Oeste, foram garantidos através dos mananciais compostos pelos Açudes Pacajus, Pacoti/Riachão/Gavião, que pertencem à Bacia Metropolitana; Açude Castanhão, que pertence à Bacia do Médio Jaguaribe; Açude Banabuiú, que pertence à Bacia do Banabuiú e Açude Orós, que pertence à Bacia do Alto Jaguaribe, além de um reforço adicional do Rio Jaguaribe, através do Canal do Trabalhador para o Açude Pacajus. Desta forma, o abastecimento da capital pouco sofreu impacto pela seca, devido a segurança hídrica mantida por esses mananciais. Mas, para todos os sistemas

Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

de abastecimento de água, tanto da capital como do interior, foi necessário utilizar toda a capacidade de tratamento das estações e aumento do uso de produtos químicos devido a má qualidade da água bruta.

Para todos os sistemas de abastecimento de água da Cagece, a qualidade foi monitorada através do cumprimento dos planos de amostragem apresentados às respectivas Vigilâncias Sanitárias Municipais, conforme exige a Portaria nº 2914 do Ministério da Saúde. Foram avaliados parâmetros de potabilidade para consumo humano, relativo aos parâmetros microbiológicos, substâncias químicas que representam risco à saúde, cianobactérias, cianotoxinas, assim como parâmetros relativos ao padrão organoléptico.

Para cada etapa dos sistemas de abastecimento, desde a captação da água bruta, tratamento nas Estações, até a distribuição da água tratada nas redes, a Cagece manteve o monitoramento da qualidade da água através de sua rede de laboratórios. Atualmente a Cagece possui 09 laboratórios regionais, localizados nas cidades de Russas, Itapipoca, Crateús, Sobral, Acopiara, Juazeiro, Quixadá, Tianguá e Fortaleza, e 195 laboratórios operacionais, sendo estes últimos responsáveis por realizar o controle da água produzida nas Estações de tratamento de água, a cada 2 horas; e os laboratórios regionais responsáveis pelo monitoramento da qualidade da água distribuída à população através das Redes. Além destes, a Cagece possui o Laboratório Central, localizado em Fortaleza, uma unidade laboratorial com aproximadamente 2.300m² distribuídos entre ambientes de análises, preparação de amostras, unidades de esterilização de frascos de coletas, dentre outros; com equipamentos de última geração, o qual realiza o monitoramento da água distribuída na capital e dá suporte aos Sistemas do interior, através da realização de análises de média e alta complexidade, como é o caso das análises de hidrobiológicas.

Como medida de aferição da confiabilidade analítica destes laboratórios, a Cagece no ano de 2013 participou de diferentes programas de proficiência laboratorial. São vários os benefícios advindos da participação neste tipo de programa, dentre eles destacamos a comparação que o laboratório pode fazer do seu desempenho frente a laboratórios semelhantes de todos os Estados da Federação. A Cagece participou, com nove de seus laboratórios, em um total de dez rodadas, com três provedores de ensaio de proficiência: PEP CEDAE, ABES PROÁGUA, e do Programa da Rede Metrológica do Rio Grande do Sul. Destacamos aqui o excelente resultado nos parâmetros hidrobiológicos, relativo ao monitoramento de algas, que obteve o melhor resultado do Brasil. E para melhorar ainda mais as ferramentas de controle dos laboratórios, a companhia iniciou o programa interlaboratorial interno.

Em 2013 foram realizadas três campanhas interlaboratorial interno envolvendo todos os laboratórios regionais e uma amostragem de 26 laboratórios operacionais. Essa prática possibilita um diagnóstico dos laboratórios e a padronização das unidades em relação e confiabilidade dos resultados. Através dos resultados obtidos pode-se evidenciar que os ensaios avaliados nos laboratórios da Cagece possuem o mesmo grau de confiança dos melhores laboratórios do Brasil.

Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Bruta de Serviços

Em 2013, a Cagece obteve uma receita bruta na ordem de R\$ 954,51 milhões, sendo R\$ 630,37 milhões com serviços de abastecimento de água, R\$ 214,79 milhões com serviços de esgotamento sanitário e R\$ 109,35 milhões com receitas de construção.

A receita bruta de água e esgoto em 2013 foi no montante de R\$ 845,16 milhões, representando um crescimento de 12,91 % em relação ao ano de 2012. O crescimento deve-se ao aumento de 3,94% no volume faturado de água e esgoto e do reajuste tarifário de 8,51%, aplicado de forma linear para todas as categorias e faixas de consumo, passando a vigorar a partir de junho de 2013.

Em atendimento ao pronunciamento de nº 17 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, a Companhia registrou receita de construção no valor de R\$ 109,35 milhões.

	2013	2012	Var. %
Receita de água	630,37	556,93	13,19%
Receita de esgoto	214,79	191,57	12,12%
Receita operacional de água e esgoto	845,16	748,50	12,91%
Receita de construção	109,35	144,39	-24,27%
Receita Bruta de Serviços	954,51	892,89	6,90%

Custos e Despesas

Os custos dos serviços prestados e as despesas comerciais e administrativas em 2013 totalizaram R\$ 666,39 milhões, representando um acréscimo de 15,02% em relação ao ano de 2012. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento nas provisões para contingências oriundas de ações judiciais de indenizações por perdas e danos das obras de construção do Canal do Trabalhador.

	2013	2012	Var. %
Custos dos serviços prestados	392,26	370,27	5,94%
Despesas comerciais	88,92	87,40	1,74%
Despesas administrativas	185,21	121,70	52,19%
Custos e Despesas	666,39	579,37	15,02%

Lucro Líquido e Rentabilidade

No ano de 2013, o lucro foi de R\$ 56,20 milhões, representando uma lucratividade de 6,41% sobre a receita líquida e uma rentabilidade de R\$ 3,33% sobre o patrimônio líquido. A redução no lucro líquido em 2013, comparado a 2012, deve-se ao aumento na provisão para contingências, como também nas despesas financeiras, em virtude dos juros e variação cambial que passaram a compor o resultado da Companhia em 2013, devido ao

Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

encerramento das obras do Sanear II, realizadas com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

	2013	2012	Var. %
Receita líquida	876,48	823,95	6,38%
Patrimônio Líquido	1.689,96	1.326,59	27,39%
Lucro líquido	56,20	74,52	-24,58%
Lucratividade	6,41%	9,04%	-29,10%
Rentabilidade	3,33%	5,62%	-40,80%

Remuneração aos Acionistas

O estatuto da Companhia define que os dividendos, participações ou bonificações que couberem ao Estado do Ceará e suas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, assim como a União, Municípios e suas Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, serão creditados em conta especial para aplicação posterior, em aumento de capital da Companhia, como participação acionária daquelas entidades.

Os dividendos mínimos são reconhecidos na rubrica adiantamentos para futuro aumento de capital, no passivo não circulante das Demonstrações Financeiras da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral Ordinária.

É importante destacar que, a despeito do lucro auferido no exercício de 2013, inúmeros são os desafios enfrentados na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Ceará, em particular no último ano, tendo em vista a estiagem que assola o Estado, e, sobretudo em função dos seguintes aspectos: características hidrológicas; necessidade intensiva de capital; financiamento público preponderantemente para expansão dos sistemas; falta de adesão voluntária da população aos serviços de esgotamento sanitário; dentre outras. Ano após ano, o lucro obtido tem sido aplicado pelos acionistas na Companhia em investimentos, melhorias e renovação gradual dos ativos relativos à prestação dos serviços, assim como para o pagamento do serviço da dívida, embora, seja necessário um longo caminho a ser percorrido para garantir na plenitude a qualidade, continuidade e universalização dos serviços.

5. GESTÃO DE PESSOAS

Para que possa alcançar a missão e visão de futuro descritas em seu Planejamento Estratégico, assim como superar os desafios de mercado é fundamental para Cagece contar com profissionais competentes e comprometidos com os resultados organizacionais. Esse diferencial composto pelo nosso quadro de empregados é um ativo estratégico que procuramos preservar. A Cagece busca viabilizar o crescimento profissional por meio de oportunidades e reconhecimento. Anualmente o corpo funcional é promovido pelos esforços empreendidos em mérito corporativo e individual (Avaliação de Desempenho, treinamentos comportamentais e técnicos), além de outros critérios de esforço individual, como: participação em comitês, instrutoria interna,

Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

publicações/apresentações científicas, apresentação de projetos de melhoria e reconhecimento por esforço educacional (educação formal). As regras para promoção são disciplinadas no Manual da Política de Promoções - “Tempo e Mérito: promovendo Cageceianos”.

A Cagece encerrou o ano de 2013 com 1.370 empregados próprios, em seu quadro, regidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), cuja idade média de 56 anos. Desses números temos 579 empregados com mais de 30 anos de Companhia, 204 empregados com tempo de Cagece entre 20 e 29 anos, 100 empregados com tempo de Companhia entre 10 e 19 anos e 487 empregados com menos de 10 anos de Cagece.

Em 2013 a Cagece realizou concurso público para os diversos níveis funcionais da companhia, com o seguinte quadro de vagas por formação:

FORMAÇÃO	TOTAL
Técnico em Segurança do Trabalho	2
Técnico em Química	19
Técnico em Enfermagem do Trabalho	1
Técnico em Edificações/ Construção Civil	20
Técnico em Eletromecânica	10
Técnico em Eletrônica	1
Técnico em Mecatrônica/ Automação Industrial	1
Técnico em Eletrotécnica	2
Técnico em Contabilidade	10
Técnico em Saneamento	174
Advogado	8
Analista de Gestão (Administração/ Economia, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Psicologia/ Pedagogia, Biblioteconomia, Estatística, Informática, Geografia)	19
Analista Químico	9
Arquiteto	1
Biólogo	2
Engenheiro (Civil/ Sanitária, Mecânica, Elétrica, Segurança do Trabalho, Produção)	25
Médico	1
Tecnólogo (em Eletromecânica, em Saneamento)	10
TOTAL	315

Além disso, abrigamos 298 estagiários e 55 jovens aprendizes – que conjugam a oportunidade de trabalho à realização de cursos de qualificação através do Programa Primeiro Passo do Governo do Estado do Ceará.

A qualificação e a formação de nossos colaboradores sempre mereceu atenção especial, em 2013 foram investidos R\$ 206.954,00 em treinamentos para os colaboradores próprios da companhia.

Em 2013, foi iniciado o trabalho de mapeamento de competências, obedecendo ao indicador corporativo Índice de cumprimento da Matriz de Competências. No trabalho realizado as necessidades de desenvolvimento e capacitação de todo corpo funcional da Companhia são identificadas, compreendendo categorias de competências: organizacionais, gerenciais, setoriais e outras. As matrizes de competências são validadas por todos os gestores e servem de subsídio para o Diagnóstico de Necessidades de Treinamento, bem como, para os demais processos de desenvolvimento da empresa.

O processo de negociação coletiva 2013/2014 ocorreu em maio e envolveu representantes da Cagece e do

Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

SINDIAGUA. Após quatro rodadas de reunião, o reajuste da categoria para 2013 foi de 8,3% no salário e benefícios. Já o reajuste em decorrência ao Acordo Coletivo de 2012/2013 resultou em 6%. A Cagece adota como política de benefícios o pagamento da Participação dos Lucros e Resultado - PLR aos seus colaboradores. Em fevereiro de 2013 foi pago, a título de PRL, pelos resultados da Companhia em 2012, o valor correspondente a 103,4% do salário do empregado. Esse benefício foi pago a 1.094 empregados, pois dos 1.100 empregados com contrato ativo no ano de 2012, seis deles não cumpriram os requisitos para o benefício, a exemplo de empregados de licença por interesse particular.

A Cagece preocupada com a saúde e qualidade de vida dos colaboradores criou em 2013 o Programa Fluir. Este programa tem como objetivo promover a saúde e qualidade de vida dos colaboradores através da promoção de ações no local de trabalho, como: Zumba fitness, modalidade de dança com mistura de ritmos, grupo de corrida, vigilantes do peso, ginástica laboral, dentre outras.

Desde 2004, a Cagece oferece aos seus empregados o benefício social da Previdência Complementar através do Plano de Contribuição Variável – PCV administrado pela CAGEPREV – Fundação Cagece de Previdência Complementar com objetivo de complementar a aposentadoria concedida pela Previdência Social. Os benefícios do Plano oferecidos aos Participantes são: aposentadoria programada; aposentadoria por invalidez e pensão de ativo, todos pagos em prestações de renda vitalícia, proporcionando ao participante manter ou melhorar, no futuro, padrão de vida para os participantes e seus beneficiários, proteção individual ou familiar no caso de morte e/ou invalidez, o planejamento de quanto deseja poupar e a paridade nas contribuições. Em 31 de dezembro de 2013 a quantidade de participantes do PCV era de 1.178 participantes, sendo 1.163 participantes ativos e 15 participantes assistidos e 1.587 beneficiários. O patrimônio da CAGEPREV em 31 de dezembro de 2013 foi de aproximadamente R\$ 100 milhões. A Meta Atuarial do Plano para 2014 é o INPC (IBGE) + 5,75% aa.

A Companhia mantém um Programa de Preparação para Aposentadoria que presta, aos empregados, informações sobre aspectos financeiros e sociais que envolvem o processo de aposentadoria. Objetiva preparar os empregados para nova fase de suas vidas, o pós-carreira (aposentadoria). É uma forma de minimizar o impacto da quebra do vínculo empregatício e da perda da identidade organizacional do indivíduo, bem como propiciar a vivência de novas experiências. Participam do Programa todos os empregados que preenchem as exigências estabelecidas para pleitear o benefício junto a Previdência Social.

Atualmente a Cagece mantém dois planos de incentivo à aposentadoria:

A Cagece possuía até 2013 os seguintes programas:

- O PPA: Programa Permanente de Incentivo à Aposentadoria foi aprovado pela Diretoria em 17/03/2003, conforme RD 014/2003, com o objetivo de conceder incentivo permanente a aposentadoria aos empregados aposentados pelo INSS. Em 2003 a empresa não tinha ainda sua caixa de previdência privada (Cageprev), que só foi criada em fevereiro/2004. Dessa forma, esse plano atendia a todos os empregados.

Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

- O PRSP: Plano de Reconhecimento por Serviço Prestado foi aprovado pelo Conselho de Administração da Cagece em reunião realizada em 12/09/2007. O objetivo do plano é proporcionar aos empregados da Cagece, condições de aposentar-se, recebendo benefícios financeiros temporários da empresa, na forma do Contrato de Adesão celebrado entre as partes.

Os programas PRSP e PPA foram encerrados por Resolução de Diretoria em 31/12/2013. A partir de 2014 foram iniciados dois novos programas: o PRSP II e o PPA II, com data de encerramento do requerimento de adesão prevista para 30/04/2014.

A diretoria colegiada determinou que por questões operacionais, serão celebrados até 30 rescisões contratuais por mês, e que os empregados serão desligados conforme definição da Diretoria levando-se em consideração a necessidade da Companhia e capacidade financeira, tendo ainda como critério de escolha, entre os optantes, o empregado mais antigo.

6. CERTIFICAÇÕES DA QUALIDADE

Em 2013, a qualidade na prestação de serviços foi ratificada com a auditoria de manutenção ISO 9001:2008 pelo órgão certificador ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, nos seguintes processos: i) Tratamento e Controle de Qualidade de Água das Estações de Tratamento de Água: Gavião, Maranguape, Russas, Poty (Crateús) e Jaburu (Tianguá); ii) Verificação e Manutenção de Medidores do Laboratório de Hidrometria; iii) Controle de Qualidade da Água e Efluentes do Laboratório Central; iv) Atendimento Presencial a Clientes em 14 lojas na Capital e RMF, 1 loja em Crateús e 2 lojas em Juazeiro do Norte.

O Laboratório de Hidrometria manteve o título de Posto de Ensaio Autorizado – PEC 82, após auditoria de manutenção realizada pelo INMETRO. Neste mesmo período as ações de implantação da Norma ISO/IEC 17.025:2005 para Acreditação, junto ao INMETRO, continuaram a ser desenvolvidas.

Também em 2013 foi dada continuidade as atividades de implantação do Sistema de Gestão da Qualidade – ISO 9001 nos laboratórios regionais da UN-BPA e UN-BSA, visando prepará-los para a implantação da Norma ISO/IEC 17.025:2005 conforme exigência da Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde.

Pontuando as ações de implantação do SGA – Sistema de Gestão Ambiental nas estações de tratamento de água do Gavião (UN-MPA), Jaburu (UN-BSI) e Poty (UN-BPA) e estação de tratamento de esgoto Maratoan (UN-BPA) temos os Programas 5S e Combate a Fumaça Preta, esta última implantada em âmbito corporativo. Neste período foi criado o Comitê Gestor do SGA, aprovada a Política e os Objetivos Ambientais, dentre outras atividades exigidas pela Norma NBR ISO 14.001:2004 e iniciadas outras ações como o Plano de Resposta a Emergência e Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

7. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Cagece tem o compromisso de compatibilizar suas atividades com a preservação do meio ambiente, dentro dos princípios do desenvolvimento sustentável, visando assegurar que suas atividades atendam aos requisitos legais e corporativos.

Em 2013 a Cagece desenvolveu diversos projetos de controle socioambiental, dentre eles:

- Monitoramento e Controle Ambiental do Sistema de Disposição Oceânica de Esgotos de Fortaleza (SDOES).

Os esgotos de Fortaleza têm como solução final à disposição oceânica. Antes, porém, estes efluentes recebem um tratamento primário na Estação de Pré-Condicionamento (EPC) para a retirada de materiais finos, grossos e areia através de gradeamento, peneiração e desarenação mecanizados. Após este condicionamento, os efluentes são bombeados através do emissário submarino a ponto de lançamento no mar, localizado a uma distância de 3,2 km do continente.

- Monitoramento Ambiental da Qualidade das Águas das Praias de Fortaleza.

É realizado em parceria com a SEMACE e tem como objetivo o monitoramento da qualidade das águas das praias do município de Fortaleza e a identificação das fontes pontuais de poluição nas áreas de influência do Programa de Infraestrutura Básica em Saneamento – SANEAR II, que vem possibilitando a expansão do sistema de esgotamento sanitário de Fortaleza. Os relatórios apresentados desde o início do trabalho no ano de 2005 tem mostrado que o alcance da melhoria da qualidade ambiental a partir das obras do SANEAR depende das condições climáticas, da adesão da população ao sistema de esgoto, da implementação de políticas públicas eficientes de coleta de lixo e limpeza urbana e de uma maior conscientização ambiental com programas intensivos de educação ambiental.

- Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P

A A3P é um projeto formulado e disseminado nas três esferas governamentais pelo MMA, desenhado para desempenhar um papel estratégico na revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais em busca da sustentabilidade socioambiental. Essencialmente, a Agenda busca estimular os gestores e colaboradores da companhia a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades rotineiras, com vistas à economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos e da gestão adequada dos resíduos. No ano de 2013, a A3P desenvolveu e acompanhou projetos/ações voltados para os seguintes eixos estratégicos:

- ✓ Gestão adequada dos resíduos gerados: No Programa de coleta seletiva de Lixo, intitulado coletando saúde e solidariedade, foram arrecadados cerca de 11.575 mil quilos de lixo que foram destinados a Entidade filantrópica Lar Amigos de Jesus que tem convênio firmado com a Cagece.

Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Esta campanha visa promover o engajamento dos empregados no esforço a preservação do meio ambiente, despertando o espírito voluntário e cidadania.

- ✓ Projeto de Descontaminação de Lâmpadas Fluorescentes: Promoveu a coleta seletiva e descarte ambientalmente correto de 4.592 lâmpadas fluorescentes utilizadas nas unidades da Cagece, e recolhidas em gincana organizada pela GDEMP.
- ✓ Qualidade de vida no ambiente de trabalho: Projeto Saúde Total destina-se a promover junto aos colaboradores da Cagece, a formação de grupos de apoio àqueles que enfrentam dificuldades de saúde ou estética em função de problemas com o sobrepeso ou obesidade corporal. Na Companhia existem atualmente 4 grupos, com 67 colaboradores sendo assistidos pelo programa. Este programa foi absorvido pelo programa FLUIR, de responsabilidade da GEPES.
- ✓ Sensibilização e Capacitação dos Servidores: foram realizados ao longo do ano treinamentos nas Unidades de Negócio da Capital e Interior para sensibilização dos colaboradores em relação à Agenda Ambiental na Administração pública A3P e Coleta Seletiva de Lixo. Foram treinados cerca de 200 colaboradores, dentre os empregados próprios, terceiros e estagiários.
- ✓ Projeto Pop-up: Tem por objetivo a comunicação com todos os colaboradores da empresa, através de mensagens instantâneas que surgem na área de trabalho dos computadores com intenção de alertar para algum tema relacionado ao meio ambiente. Este projeto foi proposto pelo comitê e desenvolvido pela área de informática da companhia a custo zero e tem mostrado resultados bastante positivos, podendo ser observado nas ações e comentários dos colaboradores.

Projeto de Reuso

Em 2013 foi submetido e aprovado junto à Agência Nacional de Águas (ANA) um projeto para requalificação do centro, permitindo que no mesmo sejam realizados, além do desenvolvimento de pesquisas, o treinamento e demonstração de técnicas de reuso agrícola voltados para agricultores, extensionistas rurais, associações de agricultores, secretários de agricultura e órgão de extensão rural (EMATER e ONGs) tanto do Ceará quanto de outras regiões do país, de modo a impulsionar a adoção do reuso de água para fins agrícolas.

Projeto de Aproveitamento de subprodutos

Durante os processos de tratamento de esgoto são produzidos alguns subprodutos na forma sólida, semi-sólida, líquida e gasosa, os quais podem requerer tratamento específico antes de sua disposição no meio ambiente, sendo, porém passíveis de reaproveitamento. Nesse sentido a Cagece vem desde 2011 trabalhando em um projeto de pesquisa visando à conversão desses resíduos em biocombustíveis. No ano de 2013 foi projetada uma unidade piloto para processamento de resíduo, cuja contratação da obra em dezembro daquele ano estava sendo finalizada. Ainda nesta linha, no segundo semestre de 2013 foi elaborado um projeto de captação de recursos

Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

junto ao BNDES e em conjunto com a UFC para um projeto de uma ETE com aproveitamento de areia e lodo, o qual foi aprovado em primeira fase e se encontra aguardando procedimentos finais para contratação.

8. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

A Companhia, na área de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, dentre outras atribuições, celebra convênios de cooperação técnica com empresas de diversas especialidades do setor de saneamento. Dentre os projetos desenvolvidos em 2013 destacamos os seguintes:

- Estudo da vazão de esgoto do Conjunto Habitacional Aracapé III
- Avaliação da produção de biogás como indicador de eficiência da ETE Aracapé III
- Estudo das lâminas de irrigação utilizando esgoto doméstico tratado na produção de maracujazeiro amarelo (*Passiflora edulis Sims f. Flavicarpa Deg.*).
- Observações sobre o Fitoplâncton de Lagoas de Estabilização e Avaliação de Remoção Algal via Flotação com Ar Dissolvido
- Estudo de Viabilidade da Técnica de Coagulação Aprimorada aplicada à Filtração Direta

Para viabilizar e ampliar o número de pesquisas, em 2013 a Cagece fez uma parceria com a Fundação Cearense de Apoio à Pesquisa (FUNCAP), órgão estadual de fomento à pesquisa e inovação. Foi lançado um edital conjunto Cagece/FUNCAP para seleção de projetos com compartilhamento de recursos financeiros das duas instituições, resultando na seleção de 17 projetos dos quais quatro foram de interesse direto da Cagece:

- Uso de esgoto doméstico tratado no cultivo de peixe ornamental: uma alternativa de geração de renda para pequenas comunidades
- Desenvolvimento de nova tecnologia de filtração rápida em múltiplas etapas aplicada a pequenas comunidades no semiárido
- Uso de água contendo efluentes de esgoto doméstico tratado para produção de palma forrageira no Sertão de Crateús
- Avaliar a oferta de água potável em comunidades difusas do semiárido cearense aplicando concentrador solar térmico

Em 2013 foram finalizados os projetos e contratados os serviços para instalação do Centro de Pesquisa em Tratamento de Esgoto, o qual contará com diversas tecnologias de tratamento em escala piloto para o desenvolvimento de inúmeras pesquisas envolvendo o desenvolvimento de novos produtos e processos para o tratamento de esgoto. Tal centro já se encontra em construção .

Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

9. RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES

A Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece recebeu vários prêmios e reconhecimentos durante o ano de 2013 em virtude de sua atuação nas áreas social, ambiental, operacional, administrativa e financeira. O reconhecimento partiu de diversas entidades e parcelas da sociedade civil organizada como: i) Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS) – Nível B - Troféu cobre – e Nível III – Troféu Platina - Prêmio que analisa critérios de gestão e administração das empresas de saneamento. As Unidades de Negócio da Bacia do Acaraú e Coreaú – UNBAC e a Unidade de Negócio Metropolitana Norte – UNMTN conquistaram o prêmio na categoria cobre e platina respectivamente; ii) PNQS IGS - Inovação da Gestão em Saneamento: foi vencedora a unidade de Negócio Metropolitana Norte – UNMTN com o *case*: Executivos de Cobrança.

10. AMBIENTE REGULATÓRIO

A partir das novas diretrizes nacionais para o saneamento básico – Lei Federal nº 11.445/2007, com alterações posteriores da Lei Estadual 14.394/2009 que define a atuação da ARCE – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará, relacionada aos Serviços Públicos de Saneamento Básico e da Lei Municipal 9.500/2009 que define a atuação da ACFOR – Autarquia de Regulação e Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental, a Cagece é submetida à fiscalização e regulação, inclusive tarifária, desses agentes reguladores, que anualmente deverão elaborar diagnóstico da situação técnica e econômica da empresa.

Ainda obedecendo à orientação legal, a Cagece é frequentemente fiscalizada pela ARCE e procura atender às determinações e recomendações decorrentes de Termos de Notificação, além de apresentar suas justificativas técnicas, legais e fáticas. Mesmo com vários altos de notificação a Cagece recorreu a todos e conseguiu um bom desempenho resultando na aplicação de multas de valores não expressivos.

A ARCE, condicionou através da Nota Técnica CET 012/2012 que as revisões/ajustes das tarifas dos serviços de água e esgoto da Cagece só ocorrerão após a certificação e homologação por ela do laudo de avaliação dos ativos empregados nos serviços de água e esgoto, os quais constituirão a Base de Ativos Regulatória - BAR. Desta forma, foi instituído no mesmo ano, de forma paliativa, o mecanismo de Reposicionamento Tarifário Provisório – RTP, o qual é aplicado à tarifa média dos serviços de água e esgoto da Cagece, enquanto a citada Base de Ativos da empresa for atualizada e concluída por consultoria contratada pela Cagece e devidamente pela agência.

11. AUDITORIA EXTERNA

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência desses profissionais. Esses princípios consistem, de acordo com as normas internacionalmente aceitas, em:

Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

- (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho;
- (b) o auditor não deve exercer funções de gerência de seu cliente; e,
- (c) o auditor não deve promover os interesses de seus clientes.

Em conformidade com o requerido na Instrução CVM-381/03 a firma de auditoria PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não prestou serviços que não estejam relacionados à auditoria externa durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

AGRADECIMENTOS

Em 2013, a Cagece desenvolveu importantes ações de melhorias operacionais que ratificam o compromisso da Companhia com a sustentabilidade e com a realização de sua visão de futuro. O grupo diretor e seus colaboradores agradecem a confiança depositada pelo Governo do Estado do Ceará, Municípios, Concedentes e Clientes e asseguram seu compromisso de trabalhar pelo desenvolvimento da excelência da Cagece e pelo desenvolvimento do Estado do Ceará.

Balço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	2013	2012	Passivo e patrimônio líquido	2013	2012
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	72.031	20.164	Fornecedores (Nota 20)	89.174	77.838
Depósitos vinculados a convênios (Nota 7)	75.385	37.911	Empréstimos e financiamentos (Nota 21)	60.394	49.447
Contas a receber de clientes (Nota 8)	138.237	118.332	Obrigações sociais (Nota 22)	16.873	14.948
Estoques (Nota 9)	9.219	7.736	Incentivo a aposentadoria – PRSP (Nota 36)	8.117	9.516
Tributos a recuperar (Nota 10)	467	220	Imposto de renda e contribuição social a recolher	3.554	1.345
Adiantamentos a empregados (Nota 11)	3.132	2.787	Tributos a recolher (Nota 23)	16.302	11.948
	<u>298.471</u>	<u>187.150</u>	Dividendos a pagar	38	34
			Obrigações com clientes (Nota 24)	8.813	7.928
			Provisão para contingências (Nota 25)	40.295	11.852
				<u>243.560</u>	<u>184.856</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Empréstimos e financiamentos (Nota 21)	390.916	406.022
Projeto Alvorada - recursos aplicados (Nota 12)	174.738	173.992	Incentivo a aposentadoria – PRSP (Nota 36)	9.872	12.032
Projeto KfW II - recursos aplicados (Nota 13)	23.390	21.541	Tributos a recolher (Nota 23)	43.413	49.108
Créditos tributários diferidos (Nota 14)	35.782	17.096	Projeto Alvorada - recursos recebidos (Nota 12)	174.312	173.253
Depósitos judiciais (Nota 15)	7.904	5.290	Projeto KfW II - recursos recebidos (Nota 13)	22.586	20.728
Depósitos para reinvestimento (Nota 23a)	11.586	23.313	Provisões para contingências (Nota 25)	25.263	10.478
Depósitos vinculados a garantias (Nota 16)	8.596	7.964	Garantias contratuais de fornecedores	3.181	2.946
Ativos Financeiros – contratos de concessão (Nota 17)	62.719	55.901	Adiantamentos para futuro aumento de capital (Nota 29)	28.396	193.231
Outros ativos	121	169		<u>697.939</u>	<u>867.798</u>
	<u>324.836</u>	<u>305.266</u>			
Imobilizado (Nota 18)	27.361	28.260	Patrimônio líquido		
Intangível (Nota 19)	1.980.794	1.858.570	Capital social (Nota 26)	1.598.081	1.200.208
	<u>2.332.991</u>	<u>2.192.096</u>	Reservas de lucros (Nota 27)	91.882	126.384
				<u>1.689.963</u>	<u>1.326.592</u>
Total do ativo	<u>2.631.462</u>	<u>2.379.246</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>2.631.462</u>	<u>2.379.246</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2013	2012
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS (Nota 38)	876.483	823.948
(-) Custos dos serviços prestados (Nota 39)	(392.256)	(370.273)
(-) Custos de construção (Nota 39)	(109.345)	(144.387)
	<u>(501.601)</u>	<u>(514.660)</u>
LUCRO BRUTO	374.882	309.288
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
(-) Despesas comerciais (Nota 40)	(88.923)	(87.402)
(-) Despesas administrativas (Nota 41)	(185.207)	(121.700)
(-) Outras receitas (despesas), líquidas	1.212	721
	<u>(272.918)</u>	<u>(208.381)</u>
LUCRO OPERACIONAL	101.964	100.907
RESULTADO FINANCEIRO (Nota 42)		
Receitas financeiras	40.307	21.317
(-) Despesas financeiras	(67.191)	(16.960)
	<u>(26.884)</u>	<u>4.357</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	75.080	105.264
(-) Imposto de renda e contribuição social (Nota 31)	(44.749)	(41.723)
Incentivos fiscais de redução do imposto de renda (Nota 31 c)	7.013	8.073
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 31 c)	18.855	2.907
	<u>(18.881)</u>	<u>(30.743)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>56.199</u>	<u>74.521</u>
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)	<u>156.040</u>	<u>116.961</u>
Lucro líquido por lote de mil ações do capital social no fim do exercício - R\$	<u>0,36</u>	<u>0,64</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido
Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de lucros			Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária	Incentivos fiscais			
Em 31 de dezembro de 2011	1.187.796	12.982	11.287	7.840	43.275	1.263.180	
Integralização de capital (Nota 26)	12.412			(7.840)		4.572	
Lucro líquido do exercício					74.521	74.521	
Destinação do lucro:							
Constituição de reservas (Nota 27)		3.726	6.272	8.073	(18.071)		
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 28)					(15.681)	-15.681	
Dividendos adicionais propostos (Nota 28)					(40.769)		
Em 31 de dezembro de 2012	<u>1.200.208</u>	<u>16.708</u>	<u>17.559</u>	<u>8.073</u>	<u>84.044</u>	<u>1.326.592</u>	
Integralização de capital (Nota 26)	397.873				(84.028)	313.845	
Constituição da reserva de incentivo fiscal				4.921		4.921	
Lucro líquido do exercício					56.199	56.199	
Destinação do lucro:							
Constituição de reservas (Nota 27)		2.810	4.638	7.013	(14.461)		
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 28)					(11.594)	(11.594)	
Dividendos adicionais propostos (Nota 28)					(30.144)		
Em 31 de dezembro de 2013	<u>1.598.081</u>	<u>19.518</u>	<u>22.197</u>	<u>20.007</u>	<u>30.160</u>	<u>1.689.963</u>	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2013	2012
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	75.080	105.264
Ajustes		
Depreciação e amortização	60.113	59.083
Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis	15.787	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18.386	16.392
Provisão para contingências	32.507	1.801
Atualização monetária de contingências e depósitos judiciais	11.165	
Juros e variações monetária e cambial	55.668	12.569
	268.706	195.109
Variações nos ativos e passivos		
Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado		226
Depósitos vinculados a convênios	(37.474)	(35.260)
Contas a receber	(38.291)	(27.553)
Estoques	(1.483)	(5)
Tributos a recuperar	(247)	18.891
Tributos a recolher	452	(20.069)
Créditos tributários diferidos	169	(2.907)
Depósitos para reinvestimento	11.727	(1.210)
Ativos Financeiros – contratos de concessão	(6.818)	(6.065)
Outros ativos	(3.543)	(2.189)
Fornecedores	11.336	(14.356)
Incentivo a aposentadoria - PRSP	(3.559)	(2.185)
Provisão para contingências	(444)	(4.454)
Projetos Alvorada e KfW II	322	814
Acordos judiciais e a pagar		(6.168)
Outros passivos	3.048	1.458
Caixa proveniente das operações	203.901	94.077
Juros pagos	(31.042)	(26.559)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(32.399)	(22.394)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	140.460	45.124
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(625)	7.781
Aquisição de intangível	(196.600)	(172.332)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(197.225)	(164.551)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos	(48.904)	(37.855)
Ingressos de empréstimos	20.119	97.443
Adiantamento para futuro aumento de capital	17.417	4.572
Integralização de capital	120.000	26.903
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	108.632	91.063
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	51.867	(28.364)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20.164	48.528
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	72.031	20.164

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2013	2012
RECEITAS		
Vendas brutas de serviços	845.164	748.506
Venda brutas de construções	109.612	144.748
Outras receitas	1.243	730
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(18.386)</u>	<u>(16.392)</u>
	937.633	877.592
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Energia elétrica	(57.303)	(66.473)
Água bruta	(32.691)	(31.022)
Materiais de tratamento	(36.043)	(32.806)
Materiais e serviços de conservação e manutenção dos sistemas	(66.030)	(80.404)
Serviços prestados por terceiros e outros materiais e serviços	(235.106)	(151.382)
Créditos de insumos	28.987	28.053
Custos de construções	<u>(109.345)</u>	<u>(144.387)</u>
	(507.531)	(478.421)
VALOR ADICIONADO BRUTO	430.102	399.171
Depreciação e amortização	(60.113)	(59.083)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	369.989	340.088
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	33.489	15.211
Receita financeira - Ativo Financeiro	<u>6.818</u>	<u>6.106</u>
	40.307	21.317
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	410.296	361.405
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	108.533	91.603
Benefícios	27.234	23.606
FGTS	6.522	5.528
Honorários de diretoria	2.271	2.699
Participação dos empregados nos lucros	5.410	4.946
Planos de aposentadorias e pensão	<u>4.923</u>	<u>4.440</u>
	154.893	132.822
Impostos, taxas, contribuições, concessões e agentes reguladores		
Federais	100.490	110.718
Estaduais	544	482
Municipais	354	289
Agentes reguladores	9.566	8.536
Taxa de concessão da Prefeitura de Fortaleza	<u>7.111</u>	<u>6.384</u>
	118.065	126.409
Financiadores		
Juros	22.446	11.741
Outras despesas financeiras	44.746	5.219
Aluguéis	<u>13.947</u>	<u>10.693</u>
	81.139	27.653
Remuneração de capital próprio		
Lucros retidos	44.605	58.840
Dividendos	<u>11.594</u>	<u>15.681</u>
	56.199	74.521
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO	<u>410.296</u>	<u>361.405</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Declaração dos Diretores sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

1 Informações gerais

A Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE (“Companhia”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado do Ceará, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Doutor Lauro Vieira Chaves, nº 1030, na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará. Foi criada pela Lei Estadual nº 9.499, de 20 de julho de 1971 com alterações posteriores, e tem por objetivo o serviço público de água e esgotamento sanitário em todo o território do Estado do Ceará, operando diretamente ou por subsidiária, ou por pessoa jurídica mediante contrato, sendo tais serviços regulados na capital do Estado do Ceará pela Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental – ACFOR, e no interior pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – ARCE.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia atuava em 150 municípios no Estado do Ceará, em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamento sanitário. Merecem destaque as quinze maiores concessões de água e esgoto, por faturamento anual, das quais a Companhia é detentora, conforme a seguir:

Localidade	Vencimento
Fortaleza	2033
Juazeiro do Norte	2033
Caucaia	2013
Sao Gonçalo do Amarante	2032
Maranguape	2032
Eusébio	2032
Pacajus	2033
Quixadá	2034
Horizonte	2024
Itaitinga	2024
Russas	2024
Crateús	2032
Tianguá	2036
Pacatuba	2033
Aracati	2032
Itapipoca	2012

Os contratos de concessão celebrados com os municípios de Itapipoca e Caucaia venceram em novembro de 2012 e em abril de 2013, respectivamente. A Companhia já iniciou junto às prefeituras municipais o processo de negociação para renovação do prazo destas concessões por mais 30 anos, o qual deverá se adequar a Lei nº 11.445/2007 que estabelece as diretrizes do saneamento básico no Brasil. No presente momento, a Companhia mantém suas operações de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nestas localidades e está negociando os termos gerais que deverão se fazer constar no contrato de programa correspondente a estas concessões, sendo discutido, dentre outros assuntos:

- Metas progressivas e graduais para universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com base no Plano Municipal de Saneamento Básico que está sendo elaborado pelo município, com o apoio técnico da Cagece;
- Prioridades de ação, compatíveis com as metas estabelecidas;
- As condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços, em regime de eficiência, incluindo:

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- a) o sistema de cobrança e a composição de tarifas;
- b) a sistemática de reajustes e de revisões de tarifas;
- c) a política de subsídios;
 - Mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços;
 - Hipóteses de intervenção e de retomada dos serviços e uma consequente indenização de ativos não amortizados.

A Administração entende que a renovação das referidas concessões está avançada, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgoto nessas localidades municipais, uma vez que em 14/03/2013 o STF (Supremo Tribunal Federal) proferiu decisão favorável a ADI's 1842-RJ e 2077-BA sobre o saneamento nas Regiões Metropolitanas, no qual, o STF entendeu que nos casos em que houver conurbação ou integração que justifique a criação de Região Metropolitana, Microrregiões e Aglomerações Urbanas, a titularidade dos serviços de saneamento básico caberá a entidade formada pelo Estado e os municípios que as compoñham". Com essa decisão a concessão de saneamento básico passa a ser compartilhadas entre Estado e municípios, dando uma maior segurança quanto a continuidade da prestação de serviços.

1.1 Realização de investimento em UTILITAS PECEM – Empresa de Utilidades Industriais do Pecém S.A.

Em 10 de dezembro de 2013 foi aprovado em Assembleia Geral a constituição de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) denominada UTILITAS PECEM – Empresa de Utilidades Industriais do Pecém S.A., a qual tem por objeto social a projeção, implantação e prestação de tratamento e fornecimento de água industrial, coleta, tratamento e disposição de esgoto industrial e de resíduos sólidos industriais, e/ou tratamento complementares e negócios conexos relacionados a utilidades industriais no Complexo Industrial e Portuário Pecem, no Estado do Ceará, nos termos de concorrência pública nº 20130011/2012, tendo como acionistas a VWS Brasil Ltda (43,35%), PB Construções Ltda. (41,65%) e Companhia (15%).

No ato de sua constituição houve a subscrição do capital social no valor de R\$ 10.000, representado por 10.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal dividido da seguinte forma: VWS Brasil Ltda subscreve 4.335 ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 4.335, PB Construções subscreve 4.165 ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 4.165 e Companhia de Água e Esgoto (Cagece) subscreve 1.500 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1.500, integralizadas totalmente em moeda nacional.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria Colegiada e Conselho de Administração em 21 de março de 2014. Estas demonstrações financeiras serão submetidas a aprovação dos acionistas que poderá manifestar-se sobre o relatório de administração e demonstrações financeiras.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além dos prejuízos do exercício apresentados, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

2.2 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do negócio, é o Conselho de Administração juntamente com a Diretoria-Colegiada.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são mensuradas usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão relacionadas com empréstimos e financiamentos são reconhecidas no resultado do exercício como receita ou despesa financeira. Outros ganhos (perdas) cambiais são reconhecidas como outros ganhos e perdas no resultado do exercício.

As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

2.5 Instrumentos financeiros

2.5.1 Ativos financeiros

2.5.1.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Ativos financeiros – Concessão", "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber de clientes" (Nota 5 "a").

2.5.1.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares e análise de fluxos de caixa descontados.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

2.5.1.3 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo (parcelamento), estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento classificado como empréstimos e recebíveis tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5.2 Passivos financeiros

2.5.2.1 Classificação

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, incentivo a aposentadoria – PRSP, obrigações com clientes e garantias contratuais de fornecedores.

2.5.2.2 Reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou impairment).

2.5.5 Ativos financeiros - Concessão

Um ativo financeiro é reconhecido quando a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa ou equivalentes de caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato.

2.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo dos estoques está avaliado pelo custo médio de aquisição, o qual considera os gastos incorridos na sua aquisição e outros incorridos em trazê-los as suas localizações.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

2.7 Intangível

(a) Concessões

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário de acordo com a ICPC 01 (IFRIC 12) Contratos de Concessão.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

(b) Direitos de uso – Concessão do município

Direitos de uso referem-se a custos incorridos em renovação de concessões públicas, a título de ressarcimento pela Companhia de investimentos na infraestrutura realizados pelos municípios. Os valores registrados no ativo intangível referem-se a ressarcimentos já efetuados pela Companhia às prefeituras como parte do acordo para renovação das concessões de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Estes investimentos não integram a base tarifária da Companhia, contudo representam o investimento realizado pela Companhia para a renovação da concessão.

Estes direitos de uso são amortizados linearmente pelo prazo de concessão diretamente relacionado.

(c) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de um a dez anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos no ativo intangível quando os seguintes critérios são atendidos:

- . É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- . A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- . O *software* pode ser vendido ou usado.
- . Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- . Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- . O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a dez anos.

2.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se for o caso.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são registrados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Computadores e periféricos	5
Ferramentas	5
Veículos	5
Instalações	10
Máquinas	10
Móveis, utensílios e equipamentos	10
Edificações	25

Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos não foram revisados e ajustados, conforme explicado na Nota 3 (a).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas), líquidas” na demonstração do resultado.

2.9 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização e a depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

A administração definiu como Unidade Geradora de Caixa as atividades da Companhia como um todo por existirem subsídios cruzados entre os serviços de água e esgoto e dentre os municípios que atua. Subsídios cruzados são apresentados pelas áreas em que houver conurbação ou integração de sistemas de água e esgoto em operação que justifique a criação de uma Região Metropolitana, Microregiões e Aglomerações.

Na avaliação da Companhia não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através da geração de fluxos de caixa futuros.

2.10 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.11 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.12 Provisão para contingências e depósitos judiciais

As provisões para contingências (trabalhista, civil e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, a provisão para contingências é demonstrada líquida dos depósitos judiciais embasados no direito de compensação.

2.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do exercício compreendem os tributos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes, contra os passivos fiscais correntes e quando os tributos diferidos ativos e passivos se relacionam com os tributos incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis, onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.14 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia instituiu, em fevereiro de 2004, a Fundação Cagece de Previdência Complementar – Cageprev, com plano de contribuição definida e o objetivo de complementar os benefícios de aposentadoria e pensão pagos pelo sistema de previdência oficial (INSS) através do Plano de Contribuição Variável - PCV, em favor dos seus participantes e respectivos beneficiários. Para isso a Companhia realiza contribuições fixas e mensais a Cageprev, para os empregados participantes do referido plano.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

Com relação a planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para a Fundação Cageprev de forma obrigatória e contratual. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada.

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados no resultado dos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

(b) Benefícios de rescisão – Plano de Reconhecimento do Serviço Prestado - PRSP

O benefício de rescisão é exigível quando o vínculo empregatício é encerrado pela Companhia antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia reconhece os benefícios de rescisão na primeira das seguintes datas: (i) quando a Companhia não mais puder retirar a oferta desses benefícios; e (ii) quando a entidade reconhecer custos de reestruturação que estejam no escopo do CPC 25/IAS 37 e envolvam o pagamento de benefícios de rescisão. No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que possuem na data-base em referência o contrato de adesão assinado pelas partes. Os benefícios que vencerem após 12 meses da data do balanço são descontados a valor presente.

(c) Participação nos resultados - Obrigações de benefícios de curto prazo

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.15 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo de 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.16 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo Governo e de que serão auferidas.

Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas foram reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

2.17 Receita

(a) Vendas de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência e são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas, cujo o serviço foi prestado, são reconhecidas como contas a receber de clientes a faturar, tendo por base o consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: i) a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada, ii) o valor pode ser mensurado com segurança, iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia, e iv) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(b) Receita de construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 e IAS 11 (Contratos de construção), usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. Para os contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), a receita é reconhecida por referência aos custos incorridos dos contratos, adicionado de uma margem. Esta margem adicional é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre os contratos de construção, sendo adicionada aos custos de construção incorridos e o total é reconhecido como receita de construção. A margem de lucro considerada pela Companhia é de 0,25% aplicada sobre o custo de construção para determinar a receita de construção.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(c) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

2.18 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral/Conselho de Administração.

2.19. Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRIC 21. Essa interpretação é aplicável a partir de 10 de janeiro de 2014.

. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 10 de janeiro de 2015.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

2.20 Reclassificação das cifras comparativas

Conforme mencionado na nota 6, a Companhia procedeu a correção de erro, via a reclassificação dos saldos de bancos e aplicações financeiras – “Caixa e Equivalentes de Caixa”, vinculadas a construção de ativos, para “Depósitos Vinculados a Convênios”, por entender, que apesar dos recursos estarem livres de

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

perdas e disponíveis para sua utilização em curto prazo, por força dos Convênios celebrados, estes deverão ser aplicados em investimentos, não fazendo parte da gestão de caixa da Companhia. O resultado desta correção não teve efeitos no patrimônio líquido e no resultado da Companhia.

Os efeitos são demonstrados a seguir:

Reconciliação da nota explicativa

31 de dezembro de 2012		
Apresentação	Efeitos da	Apresentação
anterior	Reclassificação	atual
	(*)	
Caixa	2	2
Bancos conta movimento	2.318	2.300
Bancos conta arrecadação	189	189
Aplicações financeiras	53.229	17.673
	<u>55.738</u>	<u>20.164</u>

31 de dezembro de 2012		
Apresentação	Efeitos da	Apresentação
anterior	Reclassificação	atual
	(*)	
Depósitos vinculados	2.337	37.911
	<u>2.337</u>	<u>35.574</u>
	<u>35.574</u>	<u>37.911</u>

01 de janeiro de 2012		
Apresentação	Efeitos da	Apresentação
anterior	Reclassificação	atual
	(*)	
Caixa	3	3
Bancos conta movimento	2.424	1.948
Bancos conta arrecadação	139	139
Aplicações financeiras	45.962	19.300
	<u>48.528</u>	<u>21.390</u>

01 de janeiro de 2012		
Apresentação	Efeitos da	Apresentação
anterior	Reclassificação	atual
	(*)	
Depósitos vinculados	2.651	29.789
	<u>2.651</u>	<u>27.138</u>
	<u>27.138</u>	<u>29.789</u>

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Reconciliação da demonstração dos fluxos de caixa

	31 de dezembro de 2012		
	Apresentação anterior	Efeitos da reclassificação	Apresentação atual
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	80.698	35.574	45.124
Atividades de investimento	(164.551)		(164.551)
Atividades de financiamento	91.063		91.063
Disponibilidades geradas (aplicadas) no exercício	7.210		(28.364)
Demonstração do aumento nas disponibilidades			
Caixa no início do exercício	48.528		48.528
Caixa no final do exercício	55.738	(35.574)	20.164
Aumento (redução) nas disponibilidades	7.210	(35.574)	(28.364)

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. Os principais itens sujeitos a essas estimativas e premissas são:

(a) Vida útil de bens do imobilizado e intangível decorrentes dos investimentos com infraestrutura das concessões, decorrente do curso normal das operações

A vida útil dos ativos da Companhia foi estimada ao longo dos anos por seus técnicos. Dessa forma, para o exercício de 2012 e 2013, a vida útil utilizada foi a constante nos cadastros desses ativos no sistema patrimonial da Companhia. Entretanto, foi contratada empresa especializada com o objetivo de avaliar e determinar a vida útil dos ativos da Companhia. O início dos trabalhos ocorreu no exercício de 2012 e seu prazo de finalização foi alterado para abril de 2014, e não mais fevereiro de 2014, em função da Companhia ter demandado serviços adicionais não inicialmente contratados a empresa de consultoria (padronização de critérios na inspeção física) bem como devido as dificuldades encontradas na definição da mensuração dos ativos pela Companhia e empresa de consultoria relacionadas com a especificidade de cerca de 5% da totalidade dos bens.

(b) Provisão para incentivo a aposentadoria – PRSP

O Plano de Reconhecimento dos Serviços Prestados - PRSP incentiva os empregados com idade superior a 56 anos a se desligarem da Companhia e obterem um benefício de aposentadoria em seu favor. Esses valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

nos próximos 6 anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente a uma taxa de 13,81% a.a. para as adesões de 2008 e 2009, 13,64% a.a. para as adesões ocorridas em 2010, 12% a.a. para as adesões ocorridas a partir de 2012. Essa taxa foi calculada com base na taxa WACC (*Weighted Average Cost of Capital/ Custo Médio Ponderado de Capital*) da Companhia dos respectivos anos. O detalhe do plano está descrita na Nota 36.

(c) Reconhecimento de receita – Contratos de construção

A receita de construção é reconhecida sobre todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos, inclusive os encargos financeiros capitalizados, que segue o método de custo mais margem.

A Companhia apura a receita de construção utilizando-se da margem de 0,25%, conforme demonstrado na Nota 17.

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O critério para estimativa dos créditos de liquidação duvidosa esta descrito na Nota 8.

(e) Provisão para contingências e depósitos judiciais

As provisões para contingências (trabalhista, civil e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de arrendamento e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juros e risco de crédito. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pelas gerências financeira, de controladoria e gestoras dos programas de investimentos, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria da Companhia e Conselho de administração. Através de análises mensais essas áreas identificam, avaliam e propõem medidas para a Diretoria da

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Companhia e Conselho de administração contra eventuais riscos financeiros. A partir dessas propostas, são deliberadas pela Direção da Companhia as ações a serem adotadas pelas áreas gestoras de riscos.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de ativo de disponibilidades em moeda estrangeira e passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, a despesas financeiras decorrentes. A Companhia não mantém operações de “hedge” ou “swap”, no entanto, faz uma gestão ativa da dívida, buscando reduzir a exposição em moeda estrangeira.

A exposição de passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013, ao dólar estadunidense, estava assim representada:

	<u>Valor Contábil</u>
Empréstimos e financiamentos com o BID (Nota 21)	193.861

(ii) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía R\$ 257.449 (Nota 21) em empréstimos e financiamentos captados a taxa variável de juros (TR) e (TJLP)

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de atualização que afetam as dívidas da Companhia.

A análise de sensibilidade de risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros está demonstrada na Nota 4.1 (d).

(b) Risco de crédito

A Companhia tem os seus créditos segmentados da seguinte forma: Particulares, Órgãos Públicos e Serviços Indiretos.

Particulares – serviços prestados a clientes pessoa física e pessoas jurídicas (comerciais, serviços, industriais, etc.).

Órgãos Públicos – serviços prestados a órgãos nas esferas: municipal, estadual e federal. No tocante aos órgãos estaduais, o Governo do Estado estabeleceu políticas no sentido de coibir a existência de débitos com a Companhia.

Para os órgãos da esfera municipal, além da ação de corte do fornecimento de água, a Companhia informa semestralmente ao Governo do Estado a relação dos devedores e este por sua vez bloqueia os repasses de verbas até que órgãos regularizem seus débitos com a Companhia.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Serviços Indiretos – trata-se de serviços relacionados a ligação, corte, religação, acréscimos por impontualidades, conservação e reparos de hidrômetros, serviços de laboratórios, ampliações, dentre outros.

Amparada pela Lei nº 11.445/07, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, a Companhia, baseada no § 2º do Inciso V do Art.40, pode interromper os serviços quando do inadimplemento do pagamento das tarifas pelo usuário, após o usuário ter sido formalmente notificado num prazo de 30 dias.

De uma forma geral a Companhia mitiga seus riscos de créditos pela prestação de serviços a uma base de clientes muito dispersa e sem concentração definida.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada de duas formas: (i) uma previsão de curtíssimo prazo (até 45 dias) realizada pela Gerência Financeira, e (ii) outra de curto prazo (até 365 dias) realizada pela Gerência de Estudos Estratégicos e de Orçamento, a partir da aprovação do orçamento de caixa da Companhia pela diretoria colegiada.

A Gerência Financeira acompanha diariamente as previsões de arrecadação e gastos com despesas, custos e investimentos da Companhia, para assegurar que tenha caixa suficiente para o cumprimento das obrigações de curtíssimo prazo. Monitora ainda os valores exigidos em garantia e fluxos de recursos exigidos para o cumprimento dos contratos de financiamentos dos investimentos da Companhia, de modo que atenda as cláusulas contratuais nesses quesitos. De forma complementar, a Gerência de Estudos Estratégicos e de Orçamento acompanha diariamente o impacto no orçamento de caixa decorrente das contratações propostas pelas diversas unidades da Companhia para serviços comuns, serviços de engenharia, materiais e obras. Os impactos extraordinários no orçamento são submetidos à aprovação da diretoria, que o fazem a partir da indicação das seguintes fontes de recursos: 1) anulação total ou parcial das dotações (despesas, investimentos, iniciativas previstas); 2) excesso de arrecadação; e 3) operação de crédito (financiamentos).

O excesso de caixa é investido em aplicações de curto prazo, por meio de Fundo de Investimentos com carteira composta por títulos de renda fixa públicos federais, indexados a CDI/SELIC ou prefixados desde que indexados para CDI/SELIC, ou por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros não derivativos que são liquidados em uma base líquida pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Vencimento				Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Em 31 de dezembro de 2013					
Financiamentos	100.133	178.887	461.361	233.737	974.118
Fornecedores	89.174				89.174
Incentivo a aposentadoria - PRSP	8.117	7.173	2.699		17.989
Obrigações com clientes	8.813				8.813
Em 31 de dezembro de 2012					
Financiamentos	49.446	82.540	108.528	214.955	455.469
Fornecedores	77.838				77.838
Incentivo a aposentadoria - PRSP	9.516	8.981	2.849	202	21.548
Obrigações com clientes	7.928				7.928

Notas explicativas da administração às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que possam gerar impactos significativos para a Companhia, considerando o CPC 40 e os saldos dos principais passivos financeiros, convertidos a uma taxa projetada para a liquidação final de cada contrato, convertido a valor de mercado (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Instrumentos Financeiros	Risco	31 de dezembro de 2013		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Passivo Financeiro				
Empréstimos e Financiamentos				
Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Secretaria das Cidades e BNDES				
- Passivo	Alta do indexador	(257.449)	(321.811)	(386.174)
- Impacto no resultado			(64.362)	(128.725)
BID				
- Passivo	Alta do U\$\$	(193.861)	(242.326)	(290.792)
- Impacto no resultado			(48.465)	(96.931)

Os valores expressos acima foram sintetizados. Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Total dos empréstimos (Nota 21)	451.310	455.469
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(72.031)	(20.164)
Dívida líquida	<u>379.279</u>	<u>435.305</u>
Total do patrimônio líquido	<u>1.689.963</u>	<u>1.326.592</u>
Total do capital	<u>2.069.242</u>	<u>1.761.897</u>
Índice de alavancagem financeira - %	18	25

Notas explicativas da administração às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.3 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, a Companhia considera o menor *rating* da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de *rating* (Moody's, Fitch e S&P), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo		
brAAA	72.031	20.059
AA+ (bra)		3
Outros (*)		2
	<u>72.031</u>	<u>20.164</u>

(*) Foram incluídas nesta categoria contas correntes e fundos de investimento em bancos que não possuem avaliação pelas três agências de *rating* utilizadas pela Companhia.

Apresentamos a seguir um quadro com a avaliação de *rating* das instituições financeiras contrapartes, com as quais a Companhia realizou transações durante o exercício:

	<u>Fitch</u>	<u>Moody's</u>	<u>Standard Poor's</u>
Banco do Brasil S.A.	AAA (bra)	Baa2	
Caixa Econômica Federal	AAA (bra)	AA+ (bra)	
Banco Bradesco S.A.	AAA (bra)	A3	brAAA
Banco Santander Brasil S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Itaú Unibanco Holding S.A.	AAA (bra)	AAA(bra)	brAAA
Banco do Nordeste do Brasil	AAA (bra)	Baa3	brAAA

5 Instrumentos financeiros por categoria

(a) 31 de dezembro de 2013

	<u>Empréstimos e recebíveis</u>
Ativo, conforme o balanço patrimonial	
Ativos financeiros – contratos de concessão	62.719
Contas a receber de clientes	138.237
Caixa e equivalentes de caixa	72.031
Depósitos vinculados a convênios	75.385
	<u>348.372</u>
	<u>Outros passivos financeiros</u>
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Incentivo a aposentadoria – PRSP	17.989

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Empréstimos e financiamentos	451.310
Fornecedores	89.174
Obrigações com clientes	<u>8.813</u>
	<u><u>567.286</u></u>

(b) 31 de dezembro de 2012

	Empréstimos e recebíveis
	<u> </u>
Ativo, conforme o balanço patrimonial	
Ativos financeiros – contratos de concessão	55.901
Contas a receber de clientes	118.332
Caixa e equivalentes de caixa	20.164
Depósitos vinculados a convênios	<u>37.911</u>
	<u><u>232.308</u></u>
	Outros passivos financeiros
	<u> </u>
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Incentivo a aposentadoria – PRSP	21.548
Empréstimos e financiamentos	455.469
Fornecedores	77.838
Obrigações com clientes	<u>7.928</u>
	<u><u>562.783</u></u>

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa		2
Bancos conta movimento	2.093	2.300
Bancos conta arrecadação	538	189
Aplicações financeiras	<u>69.400</u>	<u>17.673</u>
	<u><u>72.031</u></u>	<u><u>20.164</u></u>

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia procedeu a reclassificação dos saldos de bancos e aplicações financeiras – “Caixa e Equivalentes de Caixa” vinculadas a construção de ativos, para “Depósitos Vinculados a convênios”, por entender que apesar dos recursos estarem livres de perdas e disponíveis para sua utilização em curto prazo, por força dos Convênios celebrados, estes deverão ser aplicados em investimentos (construção de ativos), não fazendo parte da gestão de caixa da Companhia.

As aplicações financeiras decorrem da política de gestão de caixa dos recursos disponíveis, e da liberação dos depósitos para reinvestimento (benefício fiscal de 30% do IRPJ, conforme mencionado na nota 23(a)), ocorrida em agosto de 2013. Os depósitos foram efetuados no Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB e foram liberados após a devida aprovação da SUDENE.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Os saldos de aplicações financeiras são compostos como demonstrado abaixo.

	<u>Tipo</u>	<u>Modalidade</u>	<u>Taxa</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Banco do Brasil S.A.	FIC Corp. 10 milhões	Renda Fixa	Cotas diárias	40.158	6.729
Banco do Brasil S.A.	FIC Corp. 600 mil	Renda Fixa	Cotas diárias	1.547	834
Banco do Brasil S.A.	CP Corp. 10 milhões	Renda Fixa	Cotas diárias	76	
Caixa Econômica Federal	FIC Especial	Renda Fixa	Cotas diárias	27.258	9.092
Caixa Econômica Federal	FIC CP Automático	Renda Fixa	Cotas diárias	361	1.018
				<u>69.400</u>	<u>17.673</u>

Os saldos de aplicações financeiras estão relacionados a fundos mútuos de renda fixa com remuneração diária e poupança. Os fundos não são exclusivos da Companhia e a participação dentro do fundo não é significativa. Todas as aplicações financeiras em aberto em 31 de dezembro de 2013 garantem liquidez imediata e são utilizados para gerenciamento do caixa da Companhia.

7 Depósitos vinculados a convênios

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Bancos conta vinculada a convênios	845	18
Aplicações financeiras vinculadas a convênios	<u>74.540</u>	<u>37.893</u>
	<u>75.385</u>	<u>37.911</u>

Os depósitos bancários vinculados referem-se a recursos recebidos por meio de convênios firmados principalmente com o Governo do Estado do Ceará, para realização de investimentos nos sistemas de água e esgoto nos diversos municípios em que a Companhia atua. Na presente data, o principal convênio é o PROINVEST- Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal, que corresponde ao montante de R\$ 64.527.

Variação positiva do exercício refere-se à transferência de recursos realizada pelo Governo do Estado do Ceará, a título de aporte de capital, oriundos de recursos do PROINVESTE.

8 Contas a receber de clientes

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Particulares	176.836	148.517
Órgãos públicos	18.190	16.112
Serviços indiretos	17.005	14.710
Serviços prestados a faturar	<u>50.199</u>	<u>43.981</u>
Subtotal	<u>262.230</u>	<u>223.320</u>
Agentes arrecadadores (a)	4.489	2.067
(-) Arrecadação a discriminar (b)	(8.807)	(5.766)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD (c)	<u>(119.675)</u>	<u>(101.289)</u>
	<u>138.237</u>	<u>118.332</u>

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Composição das contas a receber de clientes por período de vencimento:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
A vencer	124.305	103.249
Vencidos:		
1 a 30 dias	20.620	19.403
31 a 60 dias	11.133	6.975
61 a 90 dias	4.475	3.168
91 a 180 dias	10.081	7.075
mais de 180 dias	91.616	83.450
	<u>262.230</u>	<u>223.320</u>

(a) Agentes arrecadores

Os valores registrados na conta Agentes arrecadores referem-se aos numerários recebidos dos clientes, pelas instituições financeiras e comerciais e, ainda não repassados à Companhia, em decorrência do *float* firmado nos contratos com estas instituições.

(b) Arrecadação a discriminar

Arrecadação a discriminar refere-se a valores recebidos de clientes, ainda não realizada a baixa da correspondente fatura no sistema comercial da Companhia.

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A Companhia adota, como estimativa para cálculo da PCLD, as seguintes regras:

- (i) Clientes com contas a receber vencidas há mais de 90 dias e valor até R\$ 5;
- (ii) Clientes com contas a receber vencidas há mais de 90 dias e valor superior a R\$ 5, desde que analisado pela área especialista de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento;
- (iii) Total de faturas, vencidas ou a vencer, dos clientes que encontram-se nos critérios acima; e
- (iv) Análise complementar pela área especialista para avaliação de evidências objetivas de perdas.

A PCLD apresenta a seguinte movimentação:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo inicial	101.289	84.897
Constituição (reversão)	18.386	16.392
	<u>119.675</u>	<u>101.289</u>

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

9 Estoques

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Materiais administrativos	495	641
Materiais técnicos	9.506	8.155
(-) Provisão para ajuste ao valor de mercado ou outras perdas prováveis na realização	<u>(782)</u>	<u>(1.060)</u>
	<u>9.219</u>	<u>7.736</u>

Os valores registrados como materiais administrativos correspondem aos materiais de escritório, limpeza, informática, dentre outros. Os materiais técnicos, referem-se, substancialmente, a valores destinados a manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

10 Tributos a recuperar

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Imposto de renda a compensar	199	181
Contribuição social a compensar	267	12
Programa de Integração Social - PIS		6
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	<u>1</u>	<u>21</u>
	<u>467</u>	<u>220</u>

11 Adiantamentos a empregados

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Salário pessoal a disposição	1.698	1.616
Férias	1.132	952
Salário	137	136
Despesas com viagens	139	62
Vale-transporte	<u>26</u>	<u>21</u>
	<u>3.132</u>	<u>2.787</u>

Os valores registrados na rubrica "Salário pessoal a disposição" refere-se a valores pagos pela Companhia a colaboradores que estão cedidos a órgãos dos governos municipais.

12 Projeto alvorada

O Estado do Ceará, em 16 de abril de 2001, celebrou o Convênio nº 005/Seinfra/2001 com a Companhia para implementação de ações previstas no Convênio nº 039/2001, firmado entre o Ministério da Saúde, por meio da Fundação Nacional de Saúde, e o Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria da Infraestrutura, tendo como executora a Companhia, objetivando a execução de ações de saneamento básico em 31 municípios do Estado do Ceará. Os gastos realizados com a execução desse projeto estão apresentados no ativo não circulante. Em outubro de 2013, este Convênio teve o seu prazo de finalização prorrogado para 30 de setembro de 2014, em decorrência da postergação do prazo do Convênio nº 039/2001 celebrado com a Fundação Nacional de Saúde, melhor comentado a seguir.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Conforme a Cláusula 15^a do Convênio nº 039/2001, “Serão concedidos pela Fundação Nacional de Saúde, após concluído o objeto pactuado no presente convênio, os bens patrimoniais construídos, produzidos ou adquiridos com os recursos transferidos na conformidade com o disposto no item 4 do Artigo 15 do Decreto nº 99.658/90 e demais normas regulamentares”. Esse projeto tinha previsão de conclusão para o exercício de 2012, tendo sido prorrogado para setembro de 2013, momento no qual a CAGECE firmará compromisso de operar o sistema de saneamento objeto deste Convênio, bem como serão cedidos pela Fundação à CAGECE os bens patrimoniais construídos relacionados com o seu objeto social – atividade fim. Contudo, em função atrasos na execução dos Sistemas de Esgotamento Sanitários (SES) Cariri e Inhuçu, em outubro de 2013, este convênio foi prorrogado para 17 de março de 2014.

O valor constante da conta de ativo, no montante de R\$ 174.738 (2012 - R\$ 173.992), denominada de Projeto Alvorada – recursos aplicados, representa as medições das ações de saneamento básico já realizadas conforme objeto do Convênio, enquanto que na conta de passivo, denominada de Projeto Alvorada – recursos recebidos, no montante de R\$ 174.312 (2012 - R\$ 173.253), registram-se os valores já repassados pelo Ministério da Saúde para pagamento aos fornecedores.

A diferença entre estas contas de R\$ 426 (2012 – R\$ 739) refere-se a valores recebidos ainda não aplicados no projeto. Em 2012, o saldo de R\$ 739 refere-se a valores recebidos e ainda não aplicados no projeto.

13 Projeto KfW II

O Estado do Ceará, em 26 de agosto de 2005, firmou o Convênio nº 010/Seinfra/2001 com a Companhia para estabelecer responsabilidades nos repasses dos recursos objeto do contrato de financiamento e “acordo em separado”, firmados em 2005, entre o Governo do Estado do Ceará, na condição de mutuário e o KfW bankengruppe, tendo como entidade executora a Companhia, com o objetivo de melhorar o saneamento básico em municípios localizados nas regiões de bacias hidrográficas do Médio e Baixo Jaguaribe, Banabuiú, Acaraú, Coreaú e Parnaíba no interior do Estado do Ceará.

Os gastos realizados com a execução desse projeto estão apresentados no ativo não circulante. Esse projeto tem previsão de conclusão no exercício de 2014. Além disso, após o encerramento do projeto, os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, implementados com esses recursos, serão operados e mantidos pelas comunidades dos Sistemas Integrados de Saneamento Rural – SISAR.

O valor constante da conta de ativo, no montante de R\$ 23.390 (2012 - R\$ 21.541), denominada de Projeto KfW II - recursos aplicados, representa as medições das ações de saneamento básico já realizadas, enquanto que na conta de passivo, denominada de Projeto KfW II - recursos recebidos, no montante de R\$ 22.586 (2012 - R\$ 20.728), registram-se os valores já repassados pelo Governo do Estado para pagamento aos fornecedores. A diferença entre estas contas de R\$ 804 no exercício de 2013 (2012 - R\$ 813), refere-se a valores recebidos e ainda não aplicados no projeto.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

14 Créditos tributários diferidos

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui créditos tributários diferidos, cuja composição e natureza são demonstradas a seguir:

	2013			2012		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Diferenças temporárias						
Provisões	17.546	6.316	23.862	6.910	2.488	9.398
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.765	3.155	11.920	5.660	2.038	7.698
	26.311	9.471	35.782	12.570	4.526	17.096

(b) Período estimado de realização

Segue estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro, discriminadas ano a ano para o período de cinco anos, em atendimento ao CPC 32:

Ano	2013	2012
2013		12.530
2014	25.884	84
2015	6.780	3.041
2016	1.877	195
2017	1.241	1.246
	35.782	17.096

O saldo em 31 de dezembro de 2013 está registrado integralmente no ativo não circulante porque depende de andamento judicial para ocorrer a sua compensação.

O acréscimo nos tributos diferidos está diretamente relacionado com o valor provisionado para perdas com ações de natureza cível, melhor comentados na Nota 25.

15 Depósitos judiciais

O critério utilizado para definir os valores que permanecem registrados contabilmente em depósitos judiciais são os valores depositados em juízo, os quais são atualizados monetariamente, e ainda não levantados pela Companhia ou pela parte contrária no processo judicial. A composição dos depósitos judiciais é como segue:

	2013	2012
Causas cíveis	2.231	2.037
Contingências vinculadas - cíveis	(300)	(303)
Causas trabalhistas	3.431	1.306
Contingências vinculadas - trabalhistas	(634)	(544)
Causas tributárias	6.085	5.703
Contingências vinculadas - tributárias	(2.909)	(2.909)
	7.904	5.290

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A movimentação dos depósitos judiciais no exercício de 2013 está demonstrada a seguir:

	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2012	1.734	762	2.794	5.290
Novos depósitos	111	2.092	115	2.318
Reversões	(62)	(120)		(182)
Atualização monetária	143	154	267	564
Compensação com causas judiciais	4	(90)		(86)
Saldo final em 31 de dezembro de 2013	<u>1.931</u>	<u>2.798</u>	<u>3.176</u>	<u>7.904</u>

O detalhamento dos depósitos judiciais classificados em causas tributárias é o seguinte:

<u>Processo nº</u>	<u>Autor</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
2005.81.00.011859-4 (i)	PASEP/PIS/COFINS	877	825
2001.81.00.020841-3 (ii)	FGTS	279	801
2006.81.00.020059-0 (iii)	INSS	462	440
2005.81.00.011859-4 (i)	IRRF	1.262	383
2003.81.00.008881-7 (iv)	INCRA		67
2006.81.00.020062-0 (v)	INSS	209	199
2005.81.00.000465-5 (vi)	INSS	69	62
2006.81.00.018905-0 (vii)	INSS	18	17
		<u>3.176</u>	<u>2.794</u>

- (i) Ação ordinária promovida contra a Fazenda Nacional, visando a declaração de inexistência de relações jurídicas tributárias e o consequente cancelamento das inscrições de dívidas dos tributos PASEP, PIS, COFINS e Imposto de Renda na Fonte.
- (ii) Ação ordinária com pedido de depósito, promovida contra a União, onde pede que seja declarada a inexistência de relação tributária que obrigue a autora a recolher a contribuição para o FGTS nos termos do Artigo 2º da Lei Complementar nº 110 de 29 de junho de 2001.
- (iii) Ação ordinária promovida contra o INSS, visando extinguir o crédito tributário referente a contribuições previdenciárias supostamente devidas em razão de: a) suspensão de exigibilidade do crédito tributário na qual exige contribuição previdenciária relativamente à remuneração de contribuintes individuais, segurados empregados, e de cooperados intermediados por cooperativas de trabalho, relativamente ao período de 02/2000 a 11/2003; b) auto de infração no qual exige-se multa decorrente de suposta omissão em relacionar segurados contribuintes individuais em suas folhas de pagamento mensal, relativo ao período de 01/2000 a 03/2004; c) auto de infração no qual exige-se multa decorrente de suposta omissão em informar ao INSS, através de GFIP, fatos geradores de contribuições previdenciárias relativas à contratação de segurados individuais e cooperativas de trabalho, relativo ao período de 01/2000 a 01/2005 e d) multa decorrente de suposta omissão em registrar o pagamento feito a autônomos, contabilizando nas contas “anúncios e editais”, “serviços de manutenção de sistemas” e “formação profissional” relativo ao período de 2000 a 2004.
- (iv) Ação ordinária com pedido de depósito, promovida contra o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, onde pede que seja declarada a inexistência de relação tributária que obrigue a autora a recolher a contribuição para o INCRA e o ressarcimento da referida contribuição paga indevidamente no valor de R\$ 1.095.
- (v) Ação ordinária promovida contra o INSS, visando extinguir o crédito tributário referente a contribuições previdenciárias supostamente devidas em razão de: a) fornecimento, pela Companhia, de vale transporte relativo ao período de 11/2003 a 03/2004; b) admissão de estagiários supostamente não cobertos por contrato de seguro contra acidentes pessoais; c) concessão de “antecipações”, para pagamento de serviços prestados pela

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

cooperativa UNIMED, que não teriam sido objeto de ressarcimento, relativo ao período de 01/2000 a 01/2005; d) contribuições previdenciárias supostamente devidas em razão da “bolsa” paga a estudantes universitários que estagiavam junto aos seus estabelecimentos, os quais foram “reenquadrados” à condição de empregados; e) contribuições previdenciárias supostamente devidas em razão do fornecimento, de vale transporte aos empregados relativo ao período de 10/2003 a 01/2005; e f) contribuições previdenciárias supostamente devidas em razão de “adiantamento” representado pelo pagamento, pela Companhia, de serviços prestados pela cooperativa UNIMED aos seus empregados, relativo ao período de 01/2000 a 12/2004.

- (vi) Ação ordinária promovida contra o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, visando à declaração de inexistência de relação jurídica que obrigue ao pagamento de débitos devidos por terceiro, desconstituindo o crédito tributário, lavradas contra a pessoa jurídica Copal Construtora Paraibana Ltda.
- (vii) Ação ordinária promovida contra o INSS, visando extinguir o crédito tributário, referente à contribuição previdenciária supostamente devidas em razão de: a) remuneração de contribuintes individuais, segurados empregados, e de cooperados intermediados por cooperativas de trabalho, relativamente ao período de 02/2000 a 11/2003; b) multa decorrente de suposta omissão em relacionar segurados contribuintes individuais em suas folhas de pagamento mensal, relativo ao período de 01/2000 a 03/2004; c) multa decorrente de suposta omissão em informar ao INSS, através de GFIP, fatos geradores de contribuições previdenciárias relativas à contratação de segurados individuais e cooperativas de trabalho, relativo ao período de 01/2000 a 01/2005; e d) multa decorrente de suposta omissão em registrar o pagamento feito a autônomos, contabilizado nas contas “anúncios e editais”, serviços de manutenção de sistemas” e “formação profissional” relativo ao período de 2000 a 2004.

16 Depósitos vinculados a garantias

Os depósitos efetuados no Banco do Brasil correspondem a retenções contratuais de fornecedores no valor de R\$ 2.844 (31 de dezembro de 2012: R\$ 2.946) e conta reserva no valor de R\$ 3.245 (2012: R\$ 3.512), dada como garantia do cumprimento integral das obrigações presentes e futuras decorrentes do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Aqueles depositados na Caixa Econômica Federal referem-se a aplicações de valores dados como garantias nos contratos de financiamentos junto a esta instituição financeira.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Banco do Brasil S.A.	6.971	6.458
Caixa Econômica Federal	<u>1.625</u>	<u>1.506</u>
	<u>8.596</u>	<u>7.964</u>

17 Ativos financeiros - contratos de concessão

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui contratos de concessão de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário com 150 municípios do Estado do Ceará. Os contratos de concessão são firmados com cada município, por períodos que variam entre 10 e 30 anos, sendo todos os contratos bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente.

O sistema de tarifação para o abastecimento de água e esgotamento sanitário é controlado pela Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental – ACFOR e no interior pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – ARCE e são revistas anualmente, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, considerando tanto os investimentos efetuados como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de água consumido e esgoto coletado multiplicado pela tarifa autorizada.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Os prazos das principais concessões bem como as principais alterações ocorridas nos contratos de concessão no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 estão descritos na Nota 1.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2013, R\$ 62.719 (2012 - R\$ 55.901) como contas a receber do poder concedente (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões. Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital – WACC, atrelados aos respectivos contas a receber. Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos. A receita por atualização do ativo financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é R\$ 6.818 (2012 - R\$ 6.106), conforme Nota 42.

Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia no exercício estão demonstrados abaixo:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receitas de construção	109.612	144.748
Custos de construção	<u>(109.345)</u>	<u>(144.387)</u>
	<u>267</u>	<u>361</u>

Margem de construção

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios recursos ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

Dessa forma, a Companhia reconhece receita de construção, correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta. Em geral as construções relacionadas com as concessões são realizadas por terceiros contratados pela Companhia. Nesse caso a margem implícita da Companhia é menor, em geral, para cobrir custos de fiscalização e administração, bem como, a assunção do risco primário.

A margem de lucro considerada pela Companhia é de 0,25% correspondente à diferença entre o percentual de remuneração dos prestadores de serviços da Companhia (lucro + administração = 11,75%) e a taxa de 12% de remuneração do capital autorizada pelos agentes reguladores. Essa margem é aplicada sobre o custo de construção para determinar a receita de construção.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

18 Imobilizado

	2013			2012	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas
Imobilizado administrativo					
Edificações	15.217	(5.374)	9.843	10.441	4%
Computadores e periféricos	14.731	(12.433)	2.298	1.861	20%
Máquinas e equipamentos	8.593	(4.953)	3.640	3.671	10%
Terrenos	6.237		6.237	6.237	
Móveis e utensílios	6.223	(4.588)	1.635	1.697	10%
Instalações	4.366	(3.029)	1.337	1.725	10%
Veículos	3.419	(3.027)	392	642	20%
Ferramentas	63	(47)	16	23	20%
	58.849	(33.451)	25.398	26.297	
Imobilizado em andamento	1.963		1.963	1.963	
	60.812	(33.451)	27.361	28.260	

O imobilizado apresenta a seguinte movimentação:

	2012	Adicao	Baixa	Transferencia	Depreciacao	2013
Edificações	10.440				(596)	9.844
Computadores e periféricos	1.861	593	(10)	749	(895)	2.298
Máquinas e equipamentos	3.671	24	(1)	509	(565)	3.638
Terrenos	6.237					6.237
Móveis e utensílios	1.697			268	(329)	1.636
Instalações	1.725	8			(397)	1.336
Veículos	642			5	(254)	393
Ferramentas	24			4	(12)	16
	26.297	625	(11)	1.535	(3.048)	25.398
Imobilizado em andamento	1.963					1.963
	28.260	625	(11)	1.535	(3.048)	27.361
	2011	Adicao	Baixa	Transferencia	Depreciacao	2012
Edificações	15.217				(4.777)	10.440
Computadores e periféricos	13.273	3	(220)	345	(11.540)	1.861
Máquinas e equipamentos	7.622	8	(8)	438	(4.389)	3.671
Terrenos	6.237					6.237
Móveis e utensílios	5.742	17	(7)	204	(4.259)	1.697
Instalações	4.357				(2.632)	1.725
Veículos	3.321			93	(2.772)	642
Ferramentas	51			9	(36)	24
	55.820	28	(235)	1.089	(30.405)	26.297
Imobilizado em andamento	1.488	475				1.963
	57.308	503	(235)	1.089	(30.405)	28.260

Os bens registrados no ativo imobilizado da Companhia são depreciados pelo método linear, mediante a aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica dos mesmos.

A vida útil dos ativos da Companhia foram estimadas ao longo dos anos por seus técnicos. Dessa forma, para o exercício de 2013, a vida útil utilizada foi a constante nos cadastros desses ativos no sistema patrimonial da Companhia.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A Companhia contratou em agosto de 2012, através da Concorrência Pública nº CP-008-11 – Contrato 0092/2012, uma empresa de consultoria com o objetivo de inventariar e avaliar o ativo operacional e os bens de uso geral da Companhia, segregando por município, unidade de negócio e serviço, e produto (água, esgoto, bens de uso comum e administrativo), com definição do valor justo e expectativa de vida útil remanescente dos bens. Além disso, esse trabalho irá possibilitar a recomposição do controle patrimonial dos bens integrantes do ativo imobilizado e intangível da concessão. O prazo de finalização previsto desse trabalho é abril de 2014, quando serão iniciados os trabalhos de mensuração dos eventuais impactos contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia decorrentes: (i) da revisão das estimativas da vida útil remanescente; (ii) do reconhecimento do custo atribuído; (iii) do teste do valor recuperável; (iv) do reconhecimento do ativo financeiro vinculado a cada concessão; e (v) dos conseqüentes impactos fiscais, os quais têm previsão de término estimado até o final do 1º semestre de 2014. Apesar de ter sido finalizado em dezembro de 2013 a totalidade do inventário físico das localidades e/ou municípios, foi identificado no trabalho de consistência e análise das informações recebidas, realizada pela área de controle patrimonial da Companhia, a necessidade de complementação das especificações técnicas do produto de cerca de 10 a 15% dos bens inventariados, bem como da padronização do critério de realização do inventário dos bens. Apesar da mensuração dos ativos ter sido realizada para 94% dos bens inventariados, esta ainda não foi finalizada por grupo de contas contábeis, razão pela qual a Companhia não tem como mensurar os possíveis impactos contábeis decorrentes da finalização deste trabalho.

19 Intangível

			2013	de 2012
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Concessão - água e esgoto	1.662.754	(687.798)	974.956	1.028.109
Intangível em andamento	<u>1.002.936</u>		<u>1.002.936</u>	<u>826.986</u>
	2.665.690	(687.798)	1.977.891	1.855.095
Softwares	5.021	(3.903)	1.118	1.513
Outorga - município de Juazeiro do Norte	2.400	(800)	1.600	1.760
Outorga - município de Frecheirinha	226	(42)	184	202
	<u>7.647</u>	<u>(4.745)</u>	<u>2.902</u>	<u>3.475</u>
	<u>2.673.337</u>	<u>(692.543)</u>	<u>1.980.794</u>	<u>1.858.570</u>

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O intangível apresenta a seguinte movimentação:

	2012	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	2013
Concessão - água e esgoto	1.027.446	522	(151)	3.066	(55.926)	974.957
Intangível em andamento	826.986	196.175	(15.625)	(4.601)		1.002.935
Softwares	1.512	18			(412)	1.118
Outorga - município de Juazeiro do Norte	2.400				(800)	1.600
Outorga - município de Frecheirinha	226				(42)	184
	<u>1.858.570</u>	<u>196.715</u>	<u>(15.776)</u>	<u>(1.535)</u>	<u>(57.180)</u>	<u>1.980.794</u>

	2011	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	2012
Concessão - água e esgoto	1.661.346	1	(19)	10.873	(655.755)	1.027.446
Intangível em andamento	643.915	202.822	(7.771)	(11.980)		826.986
Softwares	4.985			17	(3.490)	1.512
Outorga - município de Juazeiro do Norte	2.400					2.400
Outorga - município de Frecheirinha	226					226
	<u>2.312.872</u>	<u>202.823</u>	<u>7.790</u>	<u>1.090</u>	<u>(648.245)</u>	<u>1.858.570</u>

As adições ao Intangível estão representadas substancialmente pela execução das obras de ampliação do sistema adutor da Ibiapaba, execução de serviços para readequações pontuais no sistema de abastecimento de água de Tauá, execução da segunda etapa da ETA Oeste, localizada no Trecho V do Eixo de Integração Castanhão/RMF, obras de recuperação da ETE do residencial Tatu Mundê, implantação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Conjunto Açude da Viúva I e II e do sistema de esgotamento sanitário do Loteamento Urucutuba I e II, no Município de Fortaleza.

Em função da Companhia ter adotado como política contábil classificar em Intangível em andamento os materiais técnicos que são de comum aplicação, tanto na construção de ativos como na manutenção de redes/sistemas existentes, por representarem o seu maior consumo/aplicação, as baixas ao Intangível em andamento estão representadas, substancialmente, pela aplicação de materiais na manutenção dos ativos da Companhia.

A amortização da infraestrutura necessária para a operação das concessões leva em conta a vida útil dos ativos com base em estimativas feitas por técnicos da Companhia ao longo do tempo. Dessa forma, os valores não amortizados dentro da concessão estão sendo considerados como ativo financeiro, em virtude de cláusula indenizatória existente nos contratos de concessão, conforme evidenciado na Nota 18. A vida útil dos ativos da Companhia foram estimadas ao longo dos anos por seus técnicos. Dessa forma, para o exercício de 2013, a vida útil utilizada foi a constante nos cadastros desses ativos no sistema patrimonial da Companhia.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A Companhia contratou em agosto de 2012, através da Concorrência Pública nº CP-008-11 – Contrato 0092/2012, uma empresa de consultoria com o objetivo de inventariar e avaliar o ativo operacional e os bens de uso geral da Companhia, segregando por município, unidade de negócio e serviço, e produto (água, esgoto, bens de uso comum e administrativo), com definição do valor justo e expectativa de vida útil remanescente dos bens. Além disso, esse trabalho irá possibilitar a recomposição do controle patrimonial dos bens integrantes do ativo imobilizado e intangível da concessão. O prazo de finalização previsto desse trabalho é abril de 2014, quando serão iniciados os trabalhos de mensuração dos eventuais impactos contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia decorrentes: (i) da revisão das estimativas da vida útil remanescente; (ii) do reconhecimento do custo atribuído; (iii) do teste do valor recuperável; (iv) do reconhecimento do ativo financeiro vinculado a cada concessão; e (v) dos conseqüentes impactos fiscais, os quais têm previsão de término estimado até o final do 1º semestre de 2014. Apesar de ter sido finalizado em dezembro de 2013 a totalidade do inventário físico das localidades e/ou municípios, foi identificado no trabalho de consistência e análise das informações recebidas, realizada pela área de controle patrimonial da Companhia, a necessidade de complementação das especificações técnicas do produto de cerca de 10 a 15% dos bens inventariados, bem como da padronização do critério de realização do inventário dos bens. Apesar da mensuração dos ativos ter sido realizada para 94% dos bens inventariados, esta ainda não foi finalizada por grupo de contas contábeis, razão pela qual a Companhia não tem como mensurar os possíveis impactos contábeis decorrentes da finalização deste trabalho.

20 Fornecedores

A Companhia possui uma carteira de fornecedores pulverizada que esta representada substancialmente por fornecedores de serviços e subempreiteiros, cujo prazo médio de pagamento é de 30 dias. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não existem valores representativos em atraso, sendo o maior saldo em aberto representado por cerca de 2% (10% em 2012) do total da obrigação, não existindo concentração ou relação de dependência de fornecimento de materiais e/ou serviços para com terceiros.

21 Empréstimos e financiamentos

	2013	2012
Moeda nacional		
Caixa Econômica Federal (i)	118.481	132.765
Banco do Brasil (ii)	897	11.398
Secretaria das Cidades - Governo do Estado do Ceará (iii)	6.002	7961
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (iv)	132.069	124265
	<u>257.449</u>	<u>276.389</u>
Moeda estrangeira		
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (v)	193.861	179.080
	<u>451.310</u>	<u>455.469</u>
Circulante	(60.394)	(49.447)
Não circulante	<u>390.916</u>	<u>406.022</u>

(i) Caixa Econômica Federal

Destinados à ampliação e melhoria da cobertura dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e estudos e projetos, e estão sujeitos a encargos financeiros que correspondem a juros de 6% a 8% a.a. acrescidos de variação monetária com base na TR, taxa de

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

risco de crédito de até 2% a.a. e taxa de administração de 1% a 2% a.a. O vencimento do último contrato será em novembro de 2029. Foram oferecidos como garantia a arrecadação decorrente da receita de abastecimento de água e da prestação de serviços de esgotamento sanitário correspondente a cada município favorecido com recurso, no valor da dívida atualizada em cada data-base.

(ii) Banco do Brasil

O refinanciamento de dívidas com a União através do Banco do Brasil, na qualidade de agente financeiro, está sujeito a encargos financeiros que correspondem a juros remuneratórios à taxa anual de 4,409% acrescidos de comissão de administração à taxa anual de 0,1% e variação monetária com base na TR. O vencimento do último contrato será em janeiro de 2014. Foram oferecidos como garantia direitos creditórios decorrentes de receitas próprias e quotas previstas nos arts 155,157 e 159 da Constituição Federal.

(iii) Secretaria das Cidades – Governo do Estado do Ceará

Referem-se a convênios entre aquela Secretaria e a Companhia, para repasses de recursos obtidos através de financiamentos entre o Estado do Ceará e a Caixa Econômica Federal, ficando o Estado responsável pela amortização dos financiamentos, e reembolsado posteriormente pela Companhia nas mesmas condições dos contratos de financiamento entre o Estado do Ceará e a Caixa Econômica Federal, ou seja, encargos financeiros que correspondem a juros de 6,5% a 8% a.a. acrescidos de variação monetária com base na TR, taxa de risco de crédito de 2% a.a. e taxa de administração de 2% a.a. O vencimento do último contrato será em março de 2021. Foram oferecidos como garantia direitos creditórios depositados no Banco do Brasil e ainda bloqueio e repasse dos recursos decorrentes de arrecadação de receitas provenientes do Fundo de Participação do Estado (FPE)

(iv) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Destina-se a ampliação da Estação de Tratamento de Água da Zona Oeste (ETA Oeste) e a execução de 11,8 km de adutora de água tratada, na Região Metropolitana de Fortaleza, bem como a ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Serra da Ibiapaba, no valor total de R\$ 155.620.

Como garantia, através de cessão fiduciária, a Companhia se obriga a constituir e manter, durante toda a vigência do contrato de financiamento, a conta reserva mencionada na Nota 16 com saldo não inferior a R\$ 3.000, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA.

Os encargos financeiros incidirão sobre o principal da dívida com juros de 1,81% a.a, mais Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. O principal da dívida deverá ser pago em 90 prestações mensais sucessivas, vencendo a primeira em 15 de agosto de 2013 e a última prestação em 15 de janeiro de 2021.

Em decorrência desta operação, a Companhia, dentre outros requisitos previstos no contrato de financiamento deverá manter índices econômicos financeiros apurados anualmente com base no balanço auditado por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. O não cumprimento desses índices por dois semestres consecutivos implica em a Companhia oferecer garantias adicionais à instituição ou vencimento antecipado da dívida. Na hipótese de descumprimento de qualquer obrigação contratual, por dois semestres consecutivos, a Companhia deverá constituir no prazo de 90 dias, contados da data da comunicação por escrito do BNDES, garantias adicionais, aceitas pelo BNDES.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(v) Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

Trata-se de recursos destinados ao projeto SANEAR – II que tem por objetivo a ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água e implantação de sistemas de esgotamento sanitário em diversos polos econômicos e turísticos do Estado do Ceará. O valor total do projeto está orçado em US\$ 327.345, sendo 31% deste valor financiado pelo BID e 69% aportados pelo Governo do Estado. Os encargos financeiros são calculados através de taxa variável, com previsão de 5% a.a. e comissão de crédito de 0,25% a.a. sobre o saldo não desembolsável do financiamento. O contrato foi assinado em 22 de outubro de 2004, com carência de 5 anos, para pagamento em 20 anos, em parcelas semestrais. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, já haviam sido liberados desembolsos no total de R\$ 186.523 (US\$ 100.000) e \$ 186.300 (US\$ 99.900), respectivamente.

Os empréstimos e financiamentos apresentam a seguinte movimentação:

	2013	2012
Saldo inicial	455.469	379.022
Novas liberações	20.119	97.443
Amortizações	(79.946)	(64.414)
Juros e variações monetárias	30.642	28.339
Variação cambial	25026	15.079
Saldo final	<u>451.310</u>	<u>455.469</u>

Os empréstimos e financiamentos são garantidos por receitas próprias da Companhia e pelo Governo do Estado do Ceará. O montante de longo prazo apresenta a seguinte composição por vencimento:

	2013	2012
2014		41.047
2015	45.543	41.494
2016	41.323	37.011
2017 – 2019	120.255	107.180
2020 – 2022	83.986	91.532
2023 – 2025	41.951	36.808
2026 – 2028	41.929	36.794
2029 – 2032	15.929	14.156
	<u>390.916</u>	<u>406.022</u>

A Companhia poderá ter a totalidade do empréstimo considerada vencida, nos casos de atrasos no pagamento do principal, comissões e juros, devolução de abatimentos ou qualquer outro título, por período superior a 60 (sessenta dias). Foi oferecida como garantia a fiança do Governo do Estado do Ceará, o qual responde solidariamente pelas obrigações da mutuária. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia está com as parcelas dos empréstimos em dia e não possui atrasos de dívida superior a 60 dias. A administração não tem conhecimento de qualquer descumprimento de obrigação contratual que possa resultar em antecipação da dívida.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

22 Obrigações sociais

O valor registrado como obrigações sociais está composto conforme abaixo.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Provisão para férias, 13 ^o salário e encargos	14.424	12.725
Consignações e empréstimos	1.275	1.085
Benefícios concedidos	1.110	771
Outras obrigações	<u>64</u>	<u>367</u>
	<u>16.873</u>	<u>14.948</u>

23 Tributos a recolher

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Imposto de renda – reinvestimento (a)	7.170	10.833
REFIS IV (b)	39.617	41.650
COFINS	4.270	2.992
Previdência social	1.912	963
Outros	<u>6.746</u>	<u>4.618</u>
	<u>59.715</u>	<u>61.056</u>
Circulante	<u>(16.302)</u>	<u>(11.948)</u>
Não circulante	<u>43.413</u>	<u>49.108</u>

(a) Imposto de renda – reinvestimento

Estão registrados na rubrica de Imposto de renda da Companhia, no não circulante, os valores referentes ao Incentivo Fiscal para reinvestimento correspondente a 30% (trinta por cento) do Imposto de Renda devido nos anos-calendário 2010 a 2012, em contrapartida aos depósitos efetuados no Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, atendendo ao que dispõe o artigo 19 da Lei nº 8.167/1991 ou artigo 4º da Lei nº 8.191/1991, com as alterações introduzidas pelo artigo 2º da Lei nº 9.532/1997, devidamente regulamentado pelo artigo 27 da Portaria nº 855/1994, da SUDENE, pelo Decreto nº 4.213/2002, e pelos artigos 1º ao 3º, da Medida Provisória nº 2.199/2001.

Esses valores ficarão registrados nas contas do passivo até a aprovação ou não, dos projetos de reinvestimento, pela SUDENE. No caso de aprovação, esses valores serão capitalizados, caso contrário, serão repassados a Secretaria da Receita Federal a título de imposto de renda.

A Companhia ainda está obrigada a depositar o equivalente a 50% (cinquenta por cento) do total que reduz sobre o incentivo fiscal devido, no ativo não circulante, como contrapartida.

Em agosto de 2013, a SUDENE aprovou o projeto referente ao incentivo fiscal de reinvestimento do imposto de renda dos exercícios de 2010 e 2011, no montante de R\$ 1.584, e R\$ 3.337, respectivamente, tendo a Companhia constituído a reserva de incentivo fiscal em igual valor. Nesta mesma data, foi liberado pela SUDENE, o valor de R\$ 15.837, referente aos depósitos realizados no Banco do Nordeste do Brasil.

O resultado desses depósitos pode ser assim demonstrado:

Notas explicativas da administração às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Exercício	Ativo não circulante	Passivo não circulante
2012	7.845	5.067
2013	2.548	2.103
Rendimentos dos depósitos efetuados	1.193	
	11.586	7.170

(b) Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/2009 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias.

As condições gerais desse parcelamento consideram débitos para com a Fazenda Nacional parcelados em 180 meses.

	PIS	COFINS	IRPJ	CSLL	IRRF	INSS	Total
Principal	3.178	5.009	4.926	1.430	1.289	768	16.600
Multa	637	1.002	11.356	2.608	261	154	16.018
Juros	3.976	5.178	6.144	1.463	1.845	1.003	19.609
Valor da dívida	<u>7.791</u>	<u>11.189</u>	<u>22.426</u>	<u>5.501</u>	<u>3.395</u>	<u>1.925</u>	<u>52.227</u>
(-) Reduções	<u>(1.544)</u>	<u>(2.054)</u>	<u>(3.462)</u>	<u>(1.264)</u>	<u>(732)</u>	<u>(343)</u>	<u>(9.399)</u>
Valor consolidado	<u>6.247</u>	<u>9.135</u>	<u>18.964</u>	<u>4.237</u>	<u>2.663</u>	<u>1.582</u>	<u>42.828</u>

	Art. 1º Demais Débitos - RFB	Art. 3º Demais Débitos - RFB	Art. 1º Débitos Previdenc iários - RFB	Art. 1º Débitos Previdenc iários - PGFN	Art. 1º Demais Débitos - PGFN	Total
Valor Consolidado	31.962	8.165	131	1.794	776	42.828
Juros apropriado	7.105	2.080	37	502	216	9.940
Amortização acumulada	<u>(9.618)</u>	<u>(1.175)</u>	<u>(16)</u>	<u>(216)</u>	<u>(93)</u>	<u>(11.118)</u>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>29.449</u>	<u>9.070</u>	<u>152</u>	<u>2.080</u>	<u>899</u>	<u>41.650</u>
Juros apropriado	915	308	5	79	35	1.342
Amortização do exercício	<u>(2.428)</u>	<u>(742)</u>	<u>(10)</u>	<u>(136)</u>	<u>(59)</u>	<u>(3.375)</u>
Em 31 de dezembro de 2013	<u>27.936</u>	<u>8.636</u>	<u>147</u>	<u>2.023</u>	<u>875</u>	<u>39.617</u>

A partir da consolidação os débitos passaram a ser administrados pela Receita Federal de maneira agrupada e por esta razão a movimentação da dívida não mais está sendo apresentada por tributo, conforme segue:

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- Os débitos que tenham sido objeto do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, do Parcelamento Especial - PAES, do Parcelamento Excepcional - PAEX e dos parcelamentos previstos no art. 38 da Lei no 8.212/1991 e no art. 10 da Lei no 10.522/2002, foram agrupados passando a ser controlados pela Receita Federal com base no enquadramento ao art. 3 da Lei 11.941/2009.
- Os débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e os débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional foram agrupados passando a ser controlados pela Receita Federal com base no enquadramento ao art. 1 da Lei 11.941/2009.

24 Obrigações com clientes

O valor registrado em obrigações com clientes, no montante de R\$ 8.813 (2012: R\$ 7.928), corresponde a valores pagos pelos clientes e identificados pela Companhia como indevido, em virtude de medições de volume de água acima do consumido ou em virtude de cobrança de esgotamento sanitário sem que o cliente esteja ligado à rede. Além disso, nesse valor também constam os pagamentos em duplicidade, realizados pelos clientes.

25 Provisão para contingências

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Causas cíveis	56.062	15.704
Depósito judicial vinculado - cíveis	(300)	(303)
Causas trabalhistas	6.780	3.824
Depósito judicial vinculado - trabalhistas	(634)	(544)
Causas tributárias	6.559	6.558
Depósito judicial vinculado - tributárias	(2.909)	(2.909)
	<u>65.558</u>	<u>22.330</u>
Circulante	<u>(40.295)</u>	<u>(11.852)</u>
Não circulante	<u>25.263</u>	<u>10.478</u>

A movimentação da provisão no exercício de 2013 está demonstrada a seguir:

	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2012	15.402	3.279	3.649	22.330
Adições	29.443	3.064		32.507
Juros	11.452	277		11.729
Baixas	(536)	(385)		(921)
Compensação com depósitos judiciais	3	(90)		(87)
Saldo final em 31 de dezembro de 2013	<u>55.764</u>	<u>6.145</u>	<u>3.649</u>	<u>65.558</u>

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O montante de R\$ 65.558, decorre, principalmente, de: a) Trabalhistas – ação judicial conjunta cobrando pagamento de horas extras e adicional de periculosidade; b) Cível - ações judiciais cobrando diferenças de valores em decorrência das desapropriações e execuções das obras do canal do trabalhador e c) Tributárias – processo administrativo de Declaração de Compensação – Dcomp de débitos de Pis dos anos de 2002 e 2003 com crédito de saldo negativo de CSLL de 2001.

As principais adições do exercício estão relacionadas com a a revisão das expectativas de perda, sobretudo nas causas de natureza cíveis relacionadas com o Canal do Trabalhador as quais referem-se a ações judiciais cobrando diferença de valores em decorrência das desapropriações e de execuções das obras do Canal do trabalhador. Em 2012 havia uma expectativa de que o Estado do Ceará reconhecesse formalmente essa perda, uma vez que se trata de um ativo de propriedade do Estado, em que a Cagece só atuou como interveniente na execução da obra. Todavia, como as negociações não progrediram e considerando a possibilidade de realização da contingência, a Cagece procedeu a revisão da expectativa de desembolso gerando os respectivos impactos contábeis dessas ações. Por oportuno, cumpre não olvidar que até a presente data tais contingências não foram realizadas.

As provisões foram constituídas com base nas diversas causas judiciais surgidas no curso normal dos negócios, incluindo causas cíveis e trabalhistas, e consideradas suficientes pela Companhia para cobrir eventuais desembolsos na hipótese de decisão desfavorável.

Estes valores são contabilizados mensalmente, conforme opinião da Procuradoria Jurídica da Companhia em relação aos processos com expectativa de perda “provável”.

A estimativa de perda das causas judiciais e administrativas em andamento, considerados pela Procuradoria jurídica da Companhia, com probabilidade de perda possível, totalizam um valor de R\$ 17.697 (2012: R\$ 48.381).

Por serem considerados com probabilidade de perda possível, não foram provisionados nas demonstrações financeiras. Seguem em destaque os processos de valores relevantes:

Processo nº	Esfera	Natureza	31 de dezembro de 2013	
2006.0004.3460-4	(i)	Judicial	Cível	1.000
2001.02.41794-6	(ii)	Judicial	Cível	971
387.54.2006.8.06.0101/0	(iii)	Judicial	Cível	1.199
6210.53.2009.8.06.0117/0	(iv)	Judicial	Cível	991
0066771.08.2006.8.06.0001/0	(v)	Judicial	Cível	669
8029.57.2012.8.06.0137/0	(vi)	Judicial	Cível	1.000
2541.49.2013.8.06.0085/0	(vii)	Judicial	Cível	600
Outros				
				6.430

- (i) Ação de indenização por perdas e danos cumulada com pedido urgente de antecipação parcial de tutela jurisdicional específica e cautelar, em virtude de acidente com pessoa física.
- (ii) Ação ordinária em que o promovente, proprietário de imóvel registrado na Comarca de Redenção, requer o pagamento de indenização em decorrência da invasão do seu terreno pela Cagece.
- (iii) Ação ordinária promovida contra o Município de Itapipoca, visando extinguir o crédito tributário referente ao ISS do período de agosto de 2001 a julho de 2002 e setembro de 2002 a agosto de 2004. 1199

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- (iv) Ação em que o município de Maracanaú solicita que seja reconhecido como de responsabilidade da Cagece os investimentos realizados por ele no município em decorrência da suposta omissão da concessionária em promover a ampliação e/ou manutenção do serviço de água e esgoto.
- (v) Ação de indenização em que a promovente, proprietária do imóvel alega que o açude do Município está invadindo suas terras. Requer assim, que a Cagece seja condenada ao pagamento de indenização.
- (vi) Ação ordinária alegando a prestação inadequada dos serviços e o descumprimento de cláusulas contratuais concernente à concessão parte da Cagece.
- (vii) Ação civil pública com pedido de liminar objetivando a regularização do abastecimento de água e construção de sistema de esgotamento sanitário no Município de Hidrolândia, bem como a condenação da promovida ao pagamento de indenização por danos materiais e morais à coletividade.

26 Capital social

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, pela emissão de até 50.000.000.000 (cinquenta bilhões) de ações, sendo 1/3 (um terço) desse total em ordinárias, e 2/3 (dois terços) em preferenciais. Caberá ao Conselho de administração indicar o número, a espécie e classe de ações a serem emitidas, respeitando o limite máximo de 2/3 (dois terços) de ações preferenciais, na composição do capital social realizado, o prazo para exercício do direito de preferência e, ainda, o preço de emissão de cada ação e as condições e prazo de integralização.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, porém, gozam de prioridade na distribuição de dividendos, e no reembolso do capital, no caso de dissolução da Companhia, direito à participação proporcional nas bonificações decorrentes de incorporação de reservas ou lucros, participação nos aumentos de capital, em igualdade de condições com os demais acionistas e na capitalização de todas as reservas. Para estas ações são garantidos dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme previsto no inciso “I” do artigo 17 da Lei 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei 10.303/2001.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 30 de abril de 2013, foram homologados, o aumento de capital de R\$ 337.873, com a subscrição de 33.232.939 ações ordinárias e nominativas com valor de R\$ 10,17 cada uma e 200 ações preferenciais e nominativas, no valor de R\$ 209,27, realizado mediante a incorporação de dividendos distribuídos no montante de R\$ 116.347, auxílio para obras no total de R\$ 161.526 e R\$ 60.000 referente a recursos do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal – PROINVESTE. Do total do capital integralizado, R\$ 253.845 foram transferidos de “Adiantamento para Futuro Aumento de Capital” e R\$ 84.028 da “Reserva de lucros de exercícios anteriores”.

Na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 23 de setembro de 2013, foi homologado o aumento de Capital Social no valor R\$ 60.000 referentes à integralização de Créditos para Aumento de Capital, oriundos da 2ª parcela de recursos do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal - PROINVESTE, aportados exclusivamente pelo acionista Governo do Estado do Ceará para fins de integralização de ações em prol do mesmo, através da subscrição de 5.902.285 ações ordinárias e nominativas no valor de R\$ 10,17 cada uma. O montante de R\$ 60.000 integralizado, foi transferido da rubrica “Adiantamento para Futuro Aumento de Capital”.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 24 de setembro de 2012, foram homologados, o aumento de capital de R\$ 12.412 referente a integralização de reservas de incentivos fiscais correspondentes aos exercícios de 2008, 2009, 2010 e 2011, nos valores de R\$ 1.569, R\$ 3.002, R\$ 2.919, e R\$ 4.922, respectivamente.

A composição acionária da Companhia está assim demonstrada (quantidade de ações):

	31 de dezembro de 2013				31 de dezembro de 2012
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%	Total
Estado do Ceará	137.637.688	38.461	137.676.149	88,20%	100.181.154
Município de Fortaleza	18.402.003		18.402.003	11,79%	16.761.574
Outros	294	18.169	18.463	0,01%	18.463
	<u>156.039.985</u>	<u>56.630</u>	<u>156.096.615</u>	<u>100,00%</u>	<u>116.961.191</u>

O Governo do Estado do Ceará, como acionista controlador, detém 88,20% do capital votante da Companhia (2012: 85,65%), conforme composição do capital social discriminada abaixo (valor do capital):

	31 de dezembro de 2013			31 de dezembro de 2012
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Total
Estado do Ceará	1.399.163	8.049	1.407.212	1.026.015
Município de Fortaleza	187.064		187.064	170.388
Outros	3	3.802	3.805	3.805
	<u>1.586.230</u>	<u>11.851</u>	<u>1.598.081</u>	<u>1.200.208</u>

27 Reservas de lucros

O montante registrado na conta de Reserva de lucros corresponde às Reservas legal e estatutária, constituídas conforme Lei das Sociedades Anônimas e Estatuto da Companhia, e de incentivos fiscais, conforme a seguir:

(a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. O cálculo está demonstrado na Nota 28.

(b) Reserva estatutária

A reserva estatutária é constituída anualmente como destinação de até 10% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva estatutária tem por fim ser usada para pesquisas e desenvolvimento de novos produtos e tecnologias. O cálculo está demonstrado na Nota 28.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(c) Reserva de incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (incluindo pela Lei nº 11.638, de 2007); essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

Através do Laudo Constitutivo nº 0155/2007, a Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE pronunciou-se favoravelmente ao incentivo fiscal de redução de 25% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, durante o período de 23 de abril de 2007 a 31 de dezembro de 2008, e redução de 12,5%, do período de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2013, calculado com base no lucro da exploração do tratamento e abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Através do Laudo Constitutivo nº 0156/2007, a Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE pronunciou-se favoravelmente ao pleito de ampliação de empreendimento de infraestrutura, resultando no incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado com base no lucro da exploração de tratamento e abastecimento de água, e referente à capacidade instalada incentivada de 409.291.728 m³/ano, a partir do ano calendário de 2007, por um prazo de 10 anos, com término no ano calendário de 2016.

A Delegacia da Receita Federal emitiu os Atos Declaratórios Executivo nos. 2 e 3, reconhecendo, no âmbito da Receita Federal, os referidos incentivos fiscais. O total de incentivo fiscal de redução do imposto de renda registrado no resultado do exercício de 2013 é de R\$ 7.013 (2012 - R\$ 8.073).

(d) Dividendos adicionais propostos

Refere-se aos dividendos adicionais ao mínimo obrigatório que de acordo com art 3º do Estatuto Social deverão ser creditados em conta especial para posterior aumento de capital, quando estes couberem ao Estado do Ceará, a União ou a Município, e a suas autarquias.

28 Dividendos mínimos propostos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, nos termos do seu artigo 202.

Os dividendos podem ser demonstrados como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro líquido do exercício	56.199	74.521
Constituição de reservas		
Legal - 5% do lucro líquido do exercício	(2.810)	(3.726)
Incentivos fiscais	(7.013)	(8.073)
Base de cálculo de dividendos	<u>46.376</u>	<u>62.722</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% do lucro líquido do exercício	(11.594)	(15.681)
Reserva estatutária - 10% do lucro líquido do exercício	(4.638)	(6.272)
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício, ajustado	<u>21%</u>	<u>21%</u>

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O saldo remanescente no montante de R\$ 30.144 será deliberado na Assembléia Geral Ordinária.

29 Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia recebe recursos oriundos do Tesouro do Estado, destinados a investimentos em obras, os quais são registrados diretamente em adiantamentos para futuro aumento de capital. Não existe previsão de devolução desses recursos para o Governo do Estado e periodicamente são integralizados ao Capital. Este entendimento decorre do inciso III, Artigo 5º da Lei Estadual nº 9.499, de 20 de julho de 1971. No exercício de 2013, o total de auxílio foi de R\$ 136.804 (31 de dezembro de 2012: R\$ 26.903), sendo R\$ 60.000 integralizado em 30 de abril de 2013 e R\$ 60.000 integralizado em 23 de setembro de 2013 (Nota 26).

O estatuto da Companhia determina que os dividendos, participações ou bonificações que couberem ao Estado do Ceará, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, serão creditados em conta especial para aplicação posterior, em aumento de capital da Companhia, como participação acionária daquelas entidades. Estes valores estão registrados na rubrica adiantamentos para futuro aumento de capital, no passivo não circulante. Em virtude da Companhia não saber a quantidade de ações que esses adiantamentos irão se transformar o valor é classificado como instrumento de dívida.

Essa rubrica é composta pelos seguintes valores:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Auxílio do Governo do Estado do Ceará para obras exercício de 2010		74.286
Dividendos propostos sobre o lucro líquido do exercício de 2010		6.849
Auxílio do Governo do Estado do Ceará para obras exercício de 2011		59.716
Dividendos propostos sobre o lucro líquido do exercício de 2011		9.796
Auxílio do Governo do Estado do Ceará para obras exercício de 2012		26.903
Dividendos propostos sobre o lucro líquido do exercício de 2012		15.681
Auxílio do Governo do Estado do Ceará para obras exercício de 2013	16.803	
Dividendos mínimos propostos sobre o lucro líquido do exercício de 2013	<u>11.593</u>	
	<u>28.396</u>	<u>193.231</u>

30 Informações por segmento

Conforme comentado na Nota 2.9, a administração considera a Companhia como sendo uma única unidade geradora de caixa, apresentando também um único segmento operacional apesar de desenvolver a prestação de serviço de tratamento e o fornecimento de água, a coleta e o tratamento de esgotamentos sanitários em municípios localizados no Estado do Ceará, uma vez que:

- Apesar das receitas de água e esgoto serem distintas, pois são faturadas individualmente ao cliente de água e esgoto, apenas água, ou apenas esgoto – em função da existência de compartilhamento de redes/sistemas entre os municípios (subsídio cruzado), os custos correspondentes não podem ser segregados;
- A tomada de decisão pelos gestores das operações da Companhia, relacionadas com o seu desempenho operacional, são efetuadas de forma conjunta – água e esgoto;
- Não existem, na presente data, informações financeiras individualizadas disponíveis acerca dos desembolsos de recursos vinculados a prestação de serviço de água e esgotamento sanitário, existindo apenas o controle individualizado pelo Financeiro da Companhia acerca dos recebíveis oriundos de faturamento de clientes.

Notas explicativas da administração às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 Imposto de renda e contribuição social

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Imposto corrente		
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	44.749	35.766
Total do imposto corrente	<u>44.749</u>	<u>35.766</u>
Imposto diferido		
Reserva de incentivo fiscal e outros	(7.013)	(2.116)
Tributos diferidos	(18.855)	(2.907)
Total do imposto diferido	<u>(25.868)</u>	<u>(5.023)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	<u>18.881</u>	<u>30.743</u>

O imposto sobre o lucro da Companhia, antes do imposto, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto média ponderada, como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro antes do imposto	75.080	105.264
Imposto calculado com base em alíquotas de imposto locais, aplicáveis aos lucros nos respectivos países	25.503	35.766
Realização da reserva especial		2.497
Constituição de provisões indedutíveis	50.638	17.096
Outras despesas não dedutíveis	682	416
Reversão de provisões indedutíveis	(31.783)	(13.810)
Ajustes de IFRS	(90)	(123)
Benefício fiscal (4%)	(201)	(119)
Incentivo fiscal de redução do imposto de renda	(7.013)	(8.073)
	<u>37.736</u>	<u>33.650</u>
Créditos tributários	(18.855)	(2.907)
Encargo fiscal	<u>18.881</u>	<u>30.743</u>

A alíquota de imposto média ponderada aplicável é de 34% (2012 - 29%). O aumento decorreu da constituição de provisão para ações judiciais cíveis comentada na Nota 25.

32 Partes relacionadas

A Companhia manteve as seguintes operações com partes relacionadas:

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(a) Estado do Ceará

- Doações recebidas para auxílio a obras no montante de R\$ 136.804, sendo R\$ 60.000 integralizado em 30 de abril de 2013 e R\$ 60.000 integralizado em 23 de setembro de 2013 (2012: R\$ 26.903);
- Serviços de água e esgoto cobrados de acordo com as tarifas aprovadas pelo órgão regulador.
- Repasses de recursos recebidos do Governo do Estado do Ceará, decorrentes do financiamento contrato pelo Governo junto a Caixa Econômica Federal, o qual vem sendo pago pela Companhia por força do Convênio celebrado entre a Secretaria das Cidades e a CAGECE (Nota 21"iii").

(b) Município de Fortaleza

- O município de Fortaleza, por meio da Lei Municipal nº 8.716, de 6 de junho de 2003, e contrato assinado em 10 de outubro de 2003, concedeu, de forma onerosa e exclusiva, à Companhia, a exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo prazo de 30 anos. Em contrapartida, além dos compromissos de investimentos pactuados, o Estado transferiu ao Governo Municipal 22% de suas ações com direito a voto.
- A Companhia assumiu o compromisso de pagar à Prefeitura pelo direito de exploração da concessão, mensalmente, o equivalente a 1,5 % sobre o faturamento mensal direto de água e esgoto de Fortaleza. Essa remuneração, no exercício findo em 31 de dezembro 2013, correspondeu a R\$ 7.111 (31 de dezembro de 2012: R\$ 6.384) e está registrado na rubrica custos dos serviços prestados da demonstração de resultado.
- Serviços de água e esgoto cobrados de acordo com as tarifas aprovadas pelo órgão regulador.
- Cessão de funcionários no qual a companhia paga aos órgãos do governo municipal pela disponibilização de profissionais. O valor pago corresponde a remuneração do profissional acrescidas dos correspondentes encargos sociais.

33 Instrumentos financeiros

Considerando os termos da CVM nº 550/08, a Companhia procedeu a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2013:

	Valor Contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Ativos financeiros – contratos de concessão	62.719	62.719
Contas a receber de clientes	138.237	138.237
Caixa e equivalentes de caixa	72.031	72.031
Depósitos vinculados	75.385	75.385
Passivos financeiros		
Incentivo a aposentadoria – PRSP	17.989	17.989
Empréstimos e financiamentos	451.310	974.118
Fornecedores	89.174	89.174
Obrigações com clientes	8.813	8.813

a) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

	Taxa contratual	Período de meses	Taxa de mercado
Caixa Econômica Federal	Juros de 6,5% a 8% + taxa adm. de 1% ou 2% + risco de crédito de 0,3% a 1,7% + TR, + 2% (spread)	03 a 222	9%
Banco do Brasil	Juros de 4,499% + TR + 0,1% taxa adm	01	11,52%
Secretaria das Cidades – Governo do Estado do Ceará	Juros de 6,5% a 8% + 2% taxa adm + 2% risco de crédito	19 a 95	12%
Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES)	Juros de 1,81% a.a. + TJLP	85	12%
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	Juros de 3,88% + 0,25%(spread)	32	7,03%

34 Honorários da administração

O montante de remuneração pago pela Companhia a seus Conselheiros e aos Administradores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, totalizou em R\$ 2.271 (2012: R\$ 2.699), registrado na rubrica despesas administrativas da demonstração de resultado.

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

35 Previdência complementar

Em 12 de fevereiro de 2004, a portaria nº 24 da Secretaria de Previdência Complementar – SPC, órgão vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, autorizou o início das atividades da Fundação Cagece de Previdência Complementar – CAGEPREV, fundação própria, tendo como única patrocinadora a Companhia.

A CAGEPREV é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, tendo como objetivo a constituição e administração de planos privados de benefícios previdenciários suplementares, assemelhado ao da previdência social, em favor de seus participantes e respectivos beneficiários, custeando todos os benefícios na modalidade de contribuição definida (Plano CD) e no regime financeiro de capitalização.

No exercício de 2013, a Companhia efetuou contribuições a CAGEPREV no montante de R\$ 4.922 (31 de dezembro de 2012: R\$ 4.440).

A CAGEPREV encerrou o exercício de 2013 com 1.178 (2012 - 1.027) participantes, sendo 1.163 (2012 - 1.013) ativos e 15 (2012 - 14) assistidos e apresentando um patrimônio da ordem de R\$ 98.891 (2012 - R\$ 89.855).

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC – Secretaria de Previdência Complementar, são determinadas por atuário externo Probus Consultoria Atuarial, contratado pela CAGEPREV, o qual emitiu parecer datado de 19 de fevereiro de 2014, sem apresentar nenhum comentário que representasse qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela administração da CAGEPREV.

As principais premissas atuariais, são as seguintes:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Taxa real anual de juros	5,75%a.a.	6%a.a.
Projeção de crescimento real de salário	1% a.a.	1% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	0%a.a.	0%a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0%a.a.	0%a.a.
Hipótese sobre gerações futuras de novas entradas	Não há	Não há
Tábua de mortalidade geral de válidos	AT-83	AT-83

36 Incentivo à aposentadoria – PRSP

	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>
Incentivo a aposentadoria - PRSP	21.939	26.319
Ajuste a valor presente	<u>(3.950)</u>	<u>(4.771)</u>
	17.989	21.548
Circulante	(8.117)	(9.516)
Não circulante	9.872	12.032

A Companhia implantou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP) através da norma interna SAD – 041 (versão 2) de 25 de abril de 2008, com o objetivo de proporcionar aos empregados da

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Companhia melhores condições de aposentaria recebendo benefícios temporários da Companhia, na forma do contrato de adesão celebrado entre as partes.

O presente Plano destina-se aos empregados do quadro próprio, onde após obter a concessão de aposentadoria pelo INSS rescindir o contrato de trabalho com a Companhia, e o ex-empregado assume obrigatoriamente a condição de participante autopatrocinado da Cageprev, e assim fará jus aos benefícios do plano.

Dentre as composições do plano mencionadas na Norma, há o pagamento de 10 salários de referência, em 36 parcelas iguais, além de assistência à saúde (médica e odontológica) do empregado e de seus dependentes, mediante continuidade dos planos atuais ou de outros sistemas que vierem a substituí-los, pelo período de 6 anos, a partir da data do desligamento do empregado, com pagamento da parte patronal pela Companhia.

Passados 72 meses, os planos de saúde médico e odontológico serão pagos integralmente pelo ex-empregado.

Esses valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos 6 anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente, de acordo com as taxas apresentadas a seguir, para as adesões ocorridas a cada data-base:

	Taxa de desconto
A partir de 2011	12% a.a
2010	13,64% a.a
2008 e 2009	13,81% a.a

Em 31 de dezembro de 2013, existem 111 funcionários que requeram a adesão ao PRSP. Contudo, estes funcionários não cumpriram a totalidade dos procedimentos necessários a adesão ao PRSP, ou seja, para o qual ainda não houve a deliberação final da Diretoria Colegiada para o deferimento do requerimento ao Plano, e conseqüente homologação da rescisão do contrato de trabalho e assinatura do contrato de adesão ao PRSP previsto no SAD 41 (versão 2), e portanto, não foi constituído qualquer obrigação de benefício rescisório em 31.12.2013, uma vez que não foram atendidos os requisitos para reconhecimento constante no item 165 do CPC 33 e no item 10 do CPC 25.

37 Lucro por ação básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado através da divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício. As ações preferenciais possuem direito de 10% a mais de dividendos do que as ações ordinárias.

	2013	2012
Numerador		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	56.175	74.481
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	25	40
	56.200	74.521
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	127.412	116.905

**Notas explicativas da administração às
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Média ponderada de número de ações preferenciais	57	56
	127.469	116.961
	2013	2012
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)		
Ação ordinária	0,44	0,64
Ação preferencial	0,48	0,71

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

38 Receita de serviços

A reconciliação entre receita bruta e a receita líquida é como segue:

	2013	2012
Receita de serviços de abastecimento de água	630.370	556.933
Receita de serviços de esgotamento sanitário	214.794	191.573
Receita de construção	109.612	144.748
	954.776	893.254
Impostos sobre vendas	(78.293)	(69.306)
Receita	<u>876.483</u>	<u>823.948</u>

A Cagece promoveu em março de 2013 a revisão (re-análise) de todas as contas que foram faturadas entre os meses de dezembro de 2012 e fevereiro de 2013 e nos casos em que foi identificado um acúmulo de consumo de água e coleta de esgoto acima de 20%, houve o re-faturamento das mesmas pela média de consumo dos últimos seis meses, tendo havido o cancelamento das faturas anteriormente emitidas relativas a este período. O re-faturamento pela média de consumo decorreu do fato da Cagece, por motivos operacionais, não ter realizado, de forma tempestiva, a leitura dos medidores naquelas datas-bases. Em março, com a normalização das atividades de medição de consumo de cada cliente, o faturamento voltou a ser realizado com base no consumo real dos medidores.

A Companhia, com base em análises internas, verificou que não houve distorções relevantes no montante faturado em dezembro de 2012 pela média de consumo dos últimos seis meses em relação ao real consumo incorrido médio.

39 Custos dos serviços prestados

	2013	2012
Insumos	124.623	128.645
Serviços	143.767	128.350
Depreciação e amortização	56.770	55.771
Pessoal	61.083	55.514
Materiais	15.141	14.027
Custos gerais	12.748	9.635
Concessão	7.111	6.384
Custos operacionais	421.243	398.326
(-) Créditos de PIS e COFINS	(28.987)	(28.053)
Custos operacionais líquidos	392.256	370.273

Notas explicativas da administração às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Custos de construção	109.345	144.387
	<u>501.601</u>	<u>514.660</u>

Serviços compreende os custos com serviços de manutenção e operação do sistema de água e esgoto, serviços prestados por terceiros, serviços técnicos profissionais, serviços de cortes e religações, serviços de vigilância do sistema e demais serviços.

O acréscimo dos custos de serviços deve-se a novos contratos celebrados para prestação dos serviços de conservação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, iniciados a partir de 06/2012 e a reajustes e realinhamentos de contratos.

40 Despesas comerciais

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Serviços	48.321	49.417
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	18.386	16.390
Pessoal	18.668	17.388
Depreciação e amortização	22	24
Gerais	<u>3.526</u>	<u>4.183</u>
	<u>88.923</u>	<u>87.402</u>

41 Despesas administrativas

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Pessoal	72.872	57.222
Serviços	36.096	26.371
Causas judiciais	43.769	2.447
Gerais	7.103	4.708
Tributária	13.781	19.978
Transportes	5.994	4.987
Depreciação e amortização	3.321	3.288
Honorários da administração	<u>2.271</u>	<u>2.699</u>
	<u>185.207</u>	<u>121.700</u>

42 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	10.376	3.596
Receita de atualização do ativo financeiro	6.818	6.106
Juros recebidos de clientes	7.634	5.463
Atualização monetária	791	5.665
Juros ativos	456	487
Variação cambial	<u>14.232</u>	
	40.307	21.317
Despesas financeiras		
Juros de financiamentos	(22.445)	(11.741)
Incentivo a aposentadoria - PRSP	(3.327)	(3.312)
Atualização monetária	(449)	(828)
Variação cambial	<u>(42.853)</u>	

Notas explicativas da administração às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outras	1.883	(1.079)
	(67.191)	(16.960)
	<u>(26.884)</u>	<u>4.357</u>

43 Seguros

A Companhia adota política de não contratação de seguros para seus bens.

44 Evento subsequente

Integralização de capital

Em 20 de janeiro de 2014, foi aprovado, em assembléia geral extraordinária, o aumento do capital social, no valor de R\$ 12.994, mediante a capitalização de incentivos fiscais de reinvestimento de imposto de renda dos anos-calendário de 2010, 2011 e 2012, nos valores de R\$ 1.584, R\$ 3.337, R\$ 8.073, respectivamente, totalizando R\$ 12.994. Nesta data o capital social da Companhia passa para R\$ 1.611.075 dividido em 156.039.985 ações ordinárias e 56.630 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Ainda nesta data, foi aprovada a proposta de remuneração dos Administradores, no valor global de R\$ 2.795, conforme Instrução no 481 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com a descrição da composição da remuneração do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria.

Extinção do benefício do incentivo fiscal de imposto de renda

Devido ao Laudo Constitutivo 0155/2007, que autoriza o incentivo de redução de 12,5% do imposto de renda e adicionais não restituições, ter vencido em 31 de dezembro de 2013, a partir de 1º de janeiro de 2014, a Companhia não poderá usufruir deste benefício fiscal. A Companhia estima que em 2014 deverá incorrer em gastos adicionais da ordem de R\$ 2.009, por conta de não dispor deste incentivo de redução do imposto de renda.

Fortaleza-CE, 21 de março de 2014.

André Macêdo Facó
Diretor Presidente

José Alberto Alves de Albuquerque Junior
Diretor de Gestão Empresarial

Francisco Josinete S. Araújo
Diretor de Operações

Neurisângelo Cavalcante de Freitas
Diretor Comercial

Francied Assis de Mesquita Ciriaco
Diretor de Planejamento e Controle

Antonio José C. Fernandes
Diretor de Engenharia

Flávia Liduina Costa Gurgel
Contadora – CRC-CE 016243/O-4

Dario Sidrim Perini
Gerente Financeiro e Contábil

Declaração dos Diretores sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

DECLARAÇÃO

Os Diretores da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 07.040.108/0001-57, com sede na Rua Lauro Vieira Chaves, 1030, Vila União, Fortaleza, Ceará, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Fortaleza, 21 de março de 2014.

André Macedo Facó
Diretor Presidente

José Alberto A. de Albuquerque
Junior
Diretor de Gestão Empresarial

Francisco Josinete Souza Araujo
Diretor de Operações

Neurisangelo C. de Freitas
Diretor Comercial

Francied Assis de Mesquita Ciriaco
Diretor de Planejamento e Controle

Antonio José C. Fernandes
Diretor de Engenharia



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Todavia, em decorrência do assunto descrito no parágrafo "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Base para abstenção de opinião

Conforme descrito nas Notas 17, 18 e 19 às demonstrações financeiras, a Companhia ainda não finalizou a implementação de controles analíticos sobre os saldos do ativo financeiro da concessão, imobilizado e parte do intangível, cujos saldos em 31 de dezembro de 2013 são de R\$ 62.719 mil, R\$ 27.361 mil e R\$ 1.977.891 mil, respectivamente. Dessa forma, não foi praticável, nas circunstâncias, aplicarmos procedimentos de auditoria que nos permitisse concluir sobre a adequação desses saldos em 31 de dezembro de 2013, bem como sobre a receita de atualização do ativo financeiro dos contratos de concessão, as receitas de construção, custos de construção, despesas de depreciação e despesas de amortização e respectivos efeitos tributários, lançadas no resultado do exercício findo nessa data, nos montantes de R\$ 6.818 mil, R\$ 109.612 mil, R\$ 109.345 mil, R\$ 3.048 mil e R\$ 57.180 mil, respectivamente. Consequentemente, não foi possível determinar os ajustes que possam vir a ser requeridos caso os controles analíticos estivessem implementados, bem como qualquer outro elemento relacionado com impactos na determinação da posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2013 e nas demonstrações do resultado, nas mutações do patrimônio líquido e nos fluxos de caixa do exercício findo nessa data.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Abstenção de opinião

Em virtude da relevância do assunto descrito no parágrafo "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE. Consequentemente, não expressamos opinião sobre as demonstrações financeiras anteriormente referidas.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Fomos contratados para examinar, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em virtude da relevância do assunto descrito no parágrafo "Base para abstenção de opinião", não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essa demonstração do valor adicionado. Consequentemente, não expressamos opinião sobre essa demonstração.

São Paulo, 21 de março de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S" CE

Marco Aurélio de Castro e Melo
Contador CRC 1SP153070/O-3 "S" CE

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO

Os Diretores da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 07.040.108/0001-57, com sede na Rua Lauro Vieira Chaves, 1030, Vila União, Fortaleza, Ceará, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Fortaleza, 21 de março de 2014.

André Macedo Facó
Diretor Presidente

José Alberto A. de Albuquerque Junior
Diretor de Gestão Empresarial

Francisco Josinete Souza Araujo
Diretor de Operações

Neurisangelo C. de Freitas
Diretor Comercial

Francied Assis de Mesquita Ciriaco
Diretor de Planejamento e Controle

Antonio José C. Fernandes
Diretor de Engenharia

**Parecer do Conselho de Administração sobre as
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013**

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, Parecer dos Auditores Independentes da PricewaterhouseCoopers, datado de 21 de março de 2014, concluíram que estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam pelo seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Fortaleza, 27 de março de 2014.

Carlo Ferrentini Sampaio
Presidente

André Macedo Facó
Vice Presidente

João de Aguiar Pupo
Membro

Manoel Gomes de Farias Neto
Membro

Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2013

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013 e, com base em análises efetuadas, em esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, e o Parecer dos Auditores Independentes da PricewaterhouseCoopers, datados de 27 de março de 2014, concluíram que estão adequadamente apresentados, excetuando-se, em concordância com os Auditores Independentes da PricewaterhouseCoopers, os saldos do ativo financeiro da concessão, imobilizado e parte do intangível, cujos saldos em 31 de dezembro de 2013 são de R\$ 62.719 mil, R\$ 27.361 mil e R\$ 1.977.891 mil, respectivamente. Dessa forma, não foi praticável, nas circunstâncias, aplicarmos procedimentos de auditoria que nos permitisse concluir sobre a adequação desses saldos em 31 de dezembro de 2013, bem como sobre a receita de atualização do ativo financeiro dos contratos de concessão, as receitas de construção, custos de construção, despesas de depreciação e despesas de amortização e respectivos efeitos tributários, lançadas no resultado do exercício findo nessa data, nos montantes de R\$ 6.818 mil, R\$ 109.612 mil, R\$ 109.345 mil, R\$ 3.048 mil e R\$ 57.180 mil, respectivamente. Consequentemente, não foi possível determinar os ajustes que possam vir a ser requeridos caso os controles analíticos estivessem implementados, bem como qualquer outro elemento relacionado com impactos na determinação da posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2013 e nas demonstrações do resultado, nas mutações do patrimônio líquido e nos fluxos de caixa do exercício findo nessa data. Além disso, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA.

Deve-se ressaltar que, conforme Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31/12/2013, a Companhia contratou em agosto de 2012, através da Concorrência Pública nº CP-008-11 – Contrato 0092/2012, uma empresa de consultoria com o objetivo de inventariar e avaliar o ativo operacional e os bens de uso geral da Companhia, segregando por município, unidade de negócio e serviço, e produto (água, esgoto, bens de uso comum e administrativo), com definição do valor justo e expectativa de vida útil remanescente dos bens. Além disso, esse trabalho irá possibilitar a recomposição do controle patrimonial dos bens integrantes do ativo imobilizado e intangível da concessão. O prazo de finalização previsto desse trabalho é abril de 2014, quando serão iniciados os trabalhos de mensuração dos eventuais impactos contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia decorrentes: (i) da revisão das estimativas da vida útil remanescente; (ii) do reconhecimento do custo atribuído; (iii) do teste do valor recuperável; (iv) do reconhecimento do ativo financeiro vinculado a cada concessão; e (v) dos consequentes impactos fiscais, os quais têm previsão de término estimado até o final do 1º semestre de 2014. Apesar de ter sido finalizado em dezembro de 2013 a totalidade do inventário físico das localidades e/ou municípios, foi identificado no trabalho de consistência e análise das informações recebidas, realizada pela área de controle patrimonial da Companhia, a necessidade de complementação das especificações técnicas do produto de cerca de 10 a 15% dos bens inventariados, bem como da padronização do critério de realização do inventário dos bens. Apesar da mensuração dos ativos ter sido realizada para 94% dos bens inventariados, esta ainda não foi finalizada por grupo de contas contábeis, razão pela qual a Companhia não tem como mensurar os possíveis impactos contábeis decorrentes da finalização deste trabalho.

**Parecer do Conselho Fiscal sobre as
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Por consequência, ressalva-se também a DMPL (Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido) e os valores da DVA (Demonstração do Valor Adicionado), motivos pelos quais opinam pelo seu encaminhamento para deliberação do Conselho de Administração e Assembléia Geral de Acionistas.

Fortaleza, 27 de março de 2014.

Ricardo Botelho

R.G: 6152673

CPF: 911.927.736-91

Conselheiro Efetivo

Lúcia de Fátima Callou de Araújo

R.G: 20072117375

CPF: 092.145.503-87

Conselheira Suplente

Karla Cardoso de Alencar Forte

R.G: 93002178788

CPF: 220.762.203-72

Conselheira Efetiva

Krauzer Barreira da Costa

R.G: 689064

CPF: 168.647.193-91

Conselheiro Efetivo

Ronaldo Lima Moreira Borges

R.G: 8910002010591

CPF: 379.984.043-53

Conselheiro Efetivo